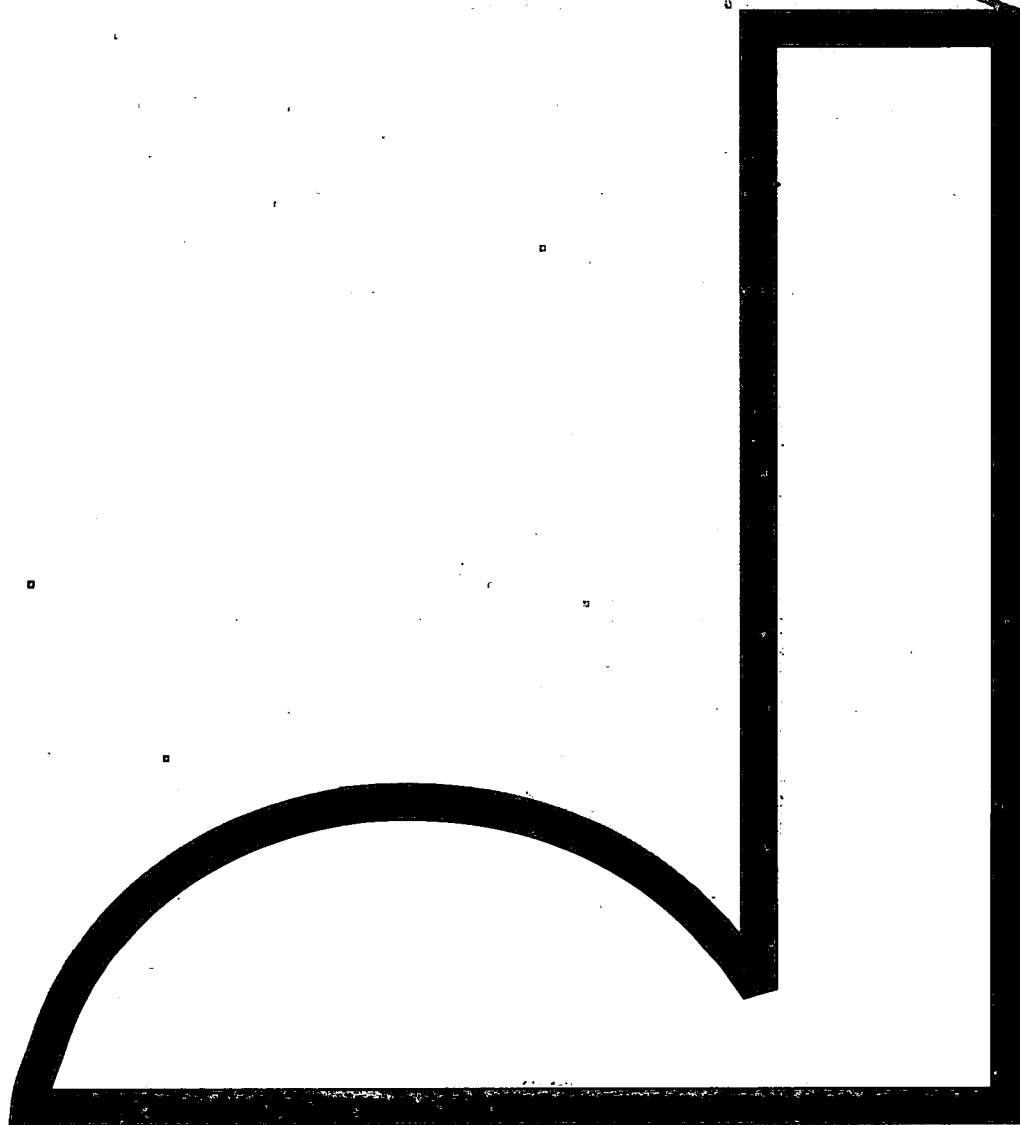


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 077

SÁBADO, 15 DE MAIO DE 1999

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Lider <i>Romeu Tuma</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda</i> <i>Ramez Tebet</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Lider <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Lider <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 14</p> <p>Lider <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 16</p> <p>Lider <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Lider <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Lider <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Lider <i>Arlando Porto</i></p>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 55ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE MAIO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 218, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 108, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Oliva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos. 11806

Nº 219, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 109, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Luiz Felipe Moreira Lima* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos. 11807

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 169/99, na origem, de 4 do corrente, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, encaminhando a documentação referente à oferta de Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTMRJ, emitidas no último dia três, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º trimestre de 1999 (Anexado ao processado da Resolução nº 110, de 1998, e, em cópia, ao da Resolução nº 62, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos. 11808

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Votos de pleno restabelecimento do Senador Ronaldo Cunha Lima. 11808

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Associando-se às manifestações do Senador Bernardo Cabral. 11808

SENADOR *LUIZ ESTEVÃO* – Apoio à campanha desenvolvida pelo Sr. Masataka Ota, pelo agravamento da pena para o crime de seqüestro. 11808

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 18 do corrente, terça-feira, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias. 11812

1.2.5 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Resultados positivos do "Provão", avaliação a que foram submetidas as universidades brasileiras públicas, estaduais e federais e particulares, nos cursos superiores de Direito, Administração e Engenharia Civil. 11813

SENADOR *ARTUR DA TÁVOLA* – Realização amanhã, em Brasília, da Convenção Nacional do PSDB. Balanço da evolução da social-democracia nos 11 anos de existência do PSDB. 11815

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Justificativa para reapresentação de requerimento para constituição de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito para apurar a ação dos institutos de pesquisa nas eleições de 1998. 11819

SENADOR *OSMAR DIAS* – Propostas para o desenvolvimento da agricultura brasileira. 11820

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Importância dos museus na democratização do acesso à arte e cultura. Necessidade de se coibir a falsificação de obras de arte. 11826

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – Marcha dos prefeitos em Brasília. Medidas adotadas pelo Presidente da República em atendimento às reivindicações dos prefeitos. Denúncia feita pelo DNPM sobre a isenção de Imposto de Renda concedida nos últimos dez anos à Companhia Vale do Rio Doce. Considerações sobre a aliança do PPB e PSDB no Estado do Pará. 11827

SENADOR *PEDRO SIMON* – Considerações sobre a sucessão presidencial. Reestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA. 11830

SENADOR *ÁLVARO DIAS* – Necessidade de agravamento da pena cominada ao crime de seqüestro. Defesa da aprovação de leis que visem a redução da criminalidade. 11834

1.2.6 – Ofícios

Nº 953/99, de 12 do corrente, do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 11835

Nº 193/99, de 13 do corrente, do Líder do PFL, em exercício no Senado Federal, de substituição e de indicação de membros na Comissão

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

11835

Nº 494/99, de 13 do corrente, do Líder do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

11836

Nºs 521, 523 a 530 e 533/99, de 6, 7, 8, 10 e 11 do corrente, do Líder do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.820-1, 1.822, 1.823, 1.824, 1.749-39, 1.753-18, 1.764-36, 1.809-3, 1.810-3 e 1.821-1, de 1999, respectivamente.

11836

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

11838

Projeto de Lei do Senado nº 338, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI, do art. 192, da Constituição Federal, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos.

11839

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/17, de 1999 (nº 1.533/99, na origem), de 13 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação do Estado de Roraima para que seja autorizada a contratação de operação de crédito no valor de vinte e seis milhões de dólares, equivalentes a cinquenta e sete milhões e duzentos mil reais, a preços de 29 de janeiro de 1999, cujos recursos serão destinados à distribuição de energia elétrica. À Comissão de Assuntos Econômicos.

11844 -

Recebimento do Ofício nº S/18, de 1999 (nº 1.534/99, na origem), de 13 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (MG) para que seja autorizada a contratação de operação de crédito no valor de duzentos e quarenta e dois mil reais, a preços de 31 de outubro de 1998, destinada ao financiamento de estudos, projetos técnicos, execução de obras e construção de galpões industriais. À Comissão de Assuntos Econômicos.

11844

Recebimento do Ofício nº S/19, de 1999 (nº 1.537/99, na origem), de 13 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação da

Prefeitura Municipal de Itaúna (MG) para que seja autorizada a contratação de operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDEURB, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, no valor de dois milhões e cem mil reais, a preços de 31 de outubro de 1998, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana. À Comissão de Assuntos Econômicos.

11845

Recebimento do Aviso nº 239, de 1999, de 7 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 188, de 1999, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia da Instrução Normativa nº 28, de 1999, sobre regras para a implementação da *homepage Contas Públicas*, de que trata a Lei nº 9.755, de 1998 (Anexado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1998). À Comissão de Fiscalização e Controle.

11845

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 53, de 1999, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até um bilhão e duzentos milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O projeto será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

11845

1.2.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Elogio ao Ministro do Meio Ambiente, Deputado José Sarney Filho, pelo empenho na aprovação das normas que regulamentam o lixo tóxico.

11845

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 17, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

11846

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Oferecidas ao Projeto de Lei nº 2, de 1999-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2000 e dá outras providências. (Publicadas em suplemento a este Diário)

11846

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.499, de 1999, referente ao servidor Raimundo José Soares.

11847

Nº 1.500, de 1999, referente ao servidor Jonas Barbosa da Silva.

11848

Nº 1.501, de 1999, referente à servidora Cleuza Mendes Carlesso.

11849

Nº 1.502, de 1999, referente ao servidor Manoel Lopes Cançado Sobrinho.

11850

Nº 1.503, de 1999, referente à servidora Irineia Português da Cunha.....	11851
Nº 1.504, de 1999, referente à servidora Yamar Anjos de Brito.....	11852
Nº 1.505, de 1999, referente à servidora Tania Regina Girardi Alves.....	11853
Nº 1.506, de 1999, referente à servidora Alexandra Silvana Soares Veloso.....	11854

Nº 1.507, de 1999.....	11855
4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 55ª Sessão não Deliberativa em 14 de maio de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Ademir Andrade, Lúdio Coelho e Artur da Távola

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo o número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 218, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 108, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Oliva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 13 de maio de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Geraldo Althoff sobre a Mensagem nº 108, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Ricardo Oliva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por 18 voto(s) favoráveis, nem um contrário(s) e três em branco.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1999.

Handwritten signatures and stamps of the Commission members and the President. The text "Presidente" is visible next to a signature. There are also various initials and dates written in ink.

Relatório

Relator: Senador **Geraldo Althoff**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Oliva para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 108, de 1999 (Mensagem nº 537, de 23-4-1999, na origem), na qual está incluído o **curriculum vitae** do indicado.

Do referido **curriculum vitae**, consta sua última atividade, como Coordenador de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo, de junho de 1997 até dezembro do ano passado, bem como sua graduação, em 1976, em Medicina, pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, e cursos de pós-graduação naquela mesma instituição e na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, além de várias outras atividades de aperfeiçoamento profissional. Como resultado dos seus estudos pós-graduados, o indicado obteve o título de Especialista em Saúde Pública, em 1985, e de Doutor em Patologia, em 1999.

Consta, também, o relato de atividade clínica, como médico pediatra, no período de 1977 a 1994, e a relação de relevantes funções exercidas no setor de saúde pública, entre as quais ressaltamos: Inspeção Médico, Auxiliar de Chefia, Chefe de Seção e Diretor da Divisão do Exercício Profissional da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Diretor de Departamento do Centro de Vigilância Sanitária daquela Secretaria, Assistente Técnico de Direção do Gabinete do Secretário de Saúde, Gerente de Projetos Especiais do Ministério da Saúde, Coordenador de Saúde do Interior da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e Coordenador dos Institutos de Pesquisa daquela pasta.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Ricardo

Oliva, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS).

Sala das Comissões, 13 de maio de 1999, –
Osmar Dias, Presidente – **Geraldo Althoff**, Relator
 – **Tião Viana** – **José Alencar** – **Geraldo Cândido** –
Heloísa Helena – **Antero Paes de Barros** – **Luzia Toledo** – **Bernardo Cabral** – **Djalma Bessa** – **Marluce Pinto** – **Romero Jucá** – **Maguito Vilela** – **Paulo Hartung** – **Pedro Simon** – **Jefferson Péres** –
Maria do Carmo Alves – **Mozarildo Cavalcanti** –
Lúcio Alcântara – **Moreira Mendes** – **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999
 DO 18 de 27-1-1999 pág. 1

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

SEÇÃO II

Da Diretoria Colegiada

Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos; admitida uma única recondução.

PARECER Nº 219, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 109, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Felipe Moreira Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 13 de maio de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Geraldo Althoff sobre a Mensagem nº 109, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Luiz Felipe Moreira Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por 18

voto(s) favoráveis e nem um contrário(s) e três em branco.

Sala das Comissões 13, de maio de 1999.

Relatório

Relator: Senador **Geraldo Althoff**.

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Felipe Moreira Lima para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 109, de 1999 (Mensagem nº 538, de 27-4-1999, na origem), com o **curriculum vitae** do indicado em anexo.

Do referido **curriculum vitae**, consta sua última atividade, como Consultor do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, desde 1997, bem como sua graduação em Medicina, em 1974, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a realização de residência e curso de especialização em Medicina Social no Instituto de Medicina Social daquela Universidade.

Consta, também, relação de relevantes funções exercidas no setor de saúde pública, entre as quais ressaltamos: Médico Especialista em Medicina Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Instituto Nacional de Câncer, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação; Chefe do Serviço de Organização e Desenvolvimento das Unidades Médico-assistenciais, da Direção Geral do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; Coordenador de Organização e Controle da Secretaria de Serviços Médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social; Secretário Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (de março de 1985 a abril de 1989); Coordena-

nador do Programa Estadual de Sangue e Hemoderivados, da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro; Diretor de Planejamento do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, e Diretor do Departamento Técnico Normativo da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

No período compreendido entre março de 1983 e abril de 1984, o indicado atuou como Delegado Técnico em Saúde da Cruz Vermelha Internacional, em Luanda, Angola.

O Dr. Luiz Felipe é, ainda, autor do livro "Vigilância Sanitária de Medicamentos e Correlatos" (1994).

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Luiz Felipe Moreira Lima ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS).

Sala da Comissão, 13 de maio de 1999. – **Osmar Dias**, Presidente – **Geraldo Althoff**, Relator – **Tião Viana** – **Paulo Hartung** – **José Alencar** – **Antero Paes de Barros** – **Heloísa Helena** – **Geraldo Cândido** – **Marina Silva** – **Bernardo Cabral** – **Djalma Bessa** – **Luiza Toledo** – **Maguito Vilela** – **Pedro Simon** – **Jefferson Peres** – **Lúcio Alcântara** – **Maria do Carmo Alves** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marluce Pinto** – **Moreira Mendes** – **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.782 DE 26 DE JANEIRO DE 1999
DO 18 de 27-1-1999 pág. 1

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

SEÇÃO II Da Diretoria Colegiada

Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Ofício nº 169/99, na origem, de 4 do corrente, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, encaminhando a documentação referente à oferta de Letras Financeiras do Tesouro Município do Rio de Janeiro – LFTMRJ, emitidas no último dia 3, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1999.

O expediente, anexado ao processado da Resolução nº 110, de 1998, e, em cópia, ao da Resolução nº 62, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por 5 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos nós que convivemos nesta Casa estamos acompanhando, com o carinho e o desvelo necessário, a recuperação de nosso companheiro Ronaldo Cunha Lima.

Os boletins médicos que têm chegado aos gabinetes dos Senadores, a cada dia, indicam o quadro desse excelente parlamentar. Vez por outra, tenho falado com seu filho Cássio e, ainda ontem, conversei com seu filho Ronaldo, que me deu notícias do início das sessões de fisioterapia do companheiro Ronaldo Cunha Lima. Claro que as seqüelas de um acidente vascular cerebral sempre se fazem sentir, mas a força de vontade de Ronaldo Cunha Lima, a sua pertinácia, o seu desejo – e todos nós sabemos o quanto gosta da vida – tem feito com que aos poucos tenhamos a sensação de que, breve, aqui S. Exª estará de volta.

Quis fazer esta comunicação, Sr. Presidente, para que esta nossa corrente de força espiritual possa chegar, por intermédio de seus filhos, até o conhecimento do nosso amigo, com o qual temos convivido ao longo de mais de 30 anos; que S. Exª saiba que o Senado Federal continua torcendo para que a sua recuperação se faça de pronto, de imediato, como o Poder Legislativo bem tem acentuado.

Por essa razão, Sr. Presidente, pediria a V. Exª que fizesse, por intermédio da Mesa, chegar aos nossos colegas Senadores que os familiares do Senador Ronaldo Cunha Lima estão pedindo que continuemos a torcer pela sua recuperação.

Praza aos céus, Senador Geraldo Melo, que o nosso querido amigo e companheiro Ronaldo Cunha

Lima esteja em breve aqui, quando mais não seja para que o Senado possa ouvi-lo com a atenção que S. Ex^a merece.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido.

A Mesa deseja unir-se às expressões de V. Ex^a e manifestar os seus votos mais carinhosos e afetuosos ao companheiro Ronaldo Cunha Lima, na esperança de que possamos vê-lo em breve, ocupando novamente a sua cadeira nesta Casa.

Por cessão do Senador Maguito Vilela, concedo a palavra por 20 minutos ao nobre Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senhores, Brasília recebeu, nos últimos dias, a visita de um pai, a visita do Sr. Masataka Ota, que, para muitos, pode ser um nome desconhecido, mas, lamentavelmente, todos nós temos que nos lembrar do Sr. Masataka pela imensa dor que ele sofreu há cerca de um ano e meio quando o seu filho Ives Ota, de 10 anos, foi seqüestrado por dois policiais, na cidade de São Paulo, e por um ex-segurança de sua família e, lamentavelmente, esse seqüestro teve o mais trágico de todos os desfechos com o assassinato da vítima.

Esse crime, que chocou todo o País, a mim especialmente trouxe uma dor muito grande, já que, infelizmente, a dor do Sr. Masataka ocorreu justamente durante o período em que eu me encontrava também em uma situação de grande tragédia. O assassinato foi descoberto no dia 2 de setembro de 1997, período em que a minha filha, de apenas 12 anos, também se encontrava nas mãos de seqüestradores no Distrito Federal havia já cinco dias.

Lembro-me quando alguns policiais de São Paulo, que prestavam assistência à polícia de Brasília, buscando elucidar o caso do seqüestro da minha filha, nos davam conta também de que estavam acompanhando o caso do menino Ives Ota. Qual não foi a dor e a surpresa quando foi descoberto que, lamentavelmente, o menino estava morto.

Graças a Deus, três dias depois, no dia 5 de setembro, após o trabalho competente da Polícia Civil do Distrito Federal, coadjuvado pela Polícia Federal, Polícia do Estado de São Paulo, Polícia de Goiás e Polícia de Minas Gerais – eram dez delegados em Brasília, dentro da minha casa, 24 horas, cuidando de buscar a elucidação daquele crime –, 72 horas depois da trágica notícia a respeito do menino Ives Ota, nós tivemos a felicidade e a alegria, com a bên-

ção de Deus, de ter a nossa filha de volta, sã e salva, ilesa. Autorizada pela nossa família, a Polícia, numa ação de grande ousadia, invadiu o cativeiro e trocou tiros com um dos seqüestradores; nessa troca de tiros, um policial civil, Marcelo Toledo, foi baleado e se encontra até hoje com o seu braço direito sem movimento, e o seqüestrador que mantinha minha filha prisioneira foi morto. Em seguida, os outros quatro seqüestradores foram presos.

Eu me lembro que a imprensa, naquele fim de semana, mais especificamente no domingo, dia 14 de setembro, espelhava a dor das duas famílias. A dor pela qual tinha passado a minha família durante uma semana e o desfecho feliz que tínhamos tido. E a dor, infelizmente, do Sr. Masataka Ota e de sua família com a perda do seu filho querido.

A dor do Sr. Masataka dura até hoje e durará o resto dos seus dias e a dor de todos nós que vê uma criança ser vitimada por um crime tão covarde, um crime tão hediondo. E a dor da nossa família, embora tenha havido o desfecho feliz no caso de minha filha, não passa, porque realmente a recordação e o trauma daqueles dias sofridos vão nos acompanhar enquanto Deus nos der a graça de permanecer neste mundo.

Esteve aqui o Sr. Masataka Ota, trazendo um abaixo-assinado com mais de dois milhões e quinhentas mil assinaturas, pedindo para que amplie a pena para aqueles que cometem crimes hediondos no Brasil, transformando essa pena em prisão perpétua.

É muito salutar essa iniciativa do Sr. Masataka, que perdeu seu filho, mas não perdeu a esperança de que podemos desencadear ações para melhorar este mundo. Até porque, em setembro de 1997, quando Ives Ota e minha filha foram seqüestrados, discutia-se, no Congresso Nacional, a possibilidade da redução da pena para crimes hediondos. Trágica coincidência!

Hoje, quero dizer que dou integral apoio ao abaixo-assinado e à campanha desencadeada por esse pai contristado, porque, efetivamente, a pena máxima para o caso de prisão e de cometimento de crimes hediondos no Brasil não supera 30 anos. E é muito pouco, Sr. Presidente! Porque o que vemos é que uma pessoa que comete um crime como esse é uma pessoa com gravíssimos e, chego a dizer, provavelmente irreversíveis desvios de personalidade e de comportamento.

Portanto, após esse prazo de 30 anos, veremos uma pessoa como essa voltar ao convívio da

sociedade; sociedade com a qual esses criminosos nunca se mostraram dignos de convivência.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Ouço, com muita atenção, o aparte de um dos mais eminentes juristas deste País, o nosso Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Luiz Estevão, acompanhei de perto, inclusive com a minha solidariedade pessoal, a dor de V. Exª e a de sua família naqueles dias trágicos que cada uma dessas pessoas atravessou. Confesso que só com a presença de Deus V. Exª conseguiu superar o trauma diário que lhe acometia. V. Exª fala, com muita propriedade, do desvio de comportamento, da chamada anomia, e esse crime hediondo transformouse, no País, lamentavelmente, numa indústria fácil, sobretudo para aqueles que barganham com o sentimento humano. Não há pai, não há mãe que não se sinta chocadô quando o seqüestrador começa a dar aqueles avisos telefônicos ou mensagens por via epistolar, mas sempre dificultando a cada dia que passa. V. Exª se refere à dor profunda do Sr. Masataka, que, por uma dessas coincidências da vida, ao mesmo tempo que à sua dor, a dele se ampliava com o desaparecimento. E lembra a luta que ele está travando para aumentar a penalidade máxima estabelecida pelo Código Penal, e que agora já se esboça um movimento, uma vez que não admitimos a pena de morte, pela transformação dessa pena máxima, de 30 anos, em pena perpétua. O problema, Senador Luiz Estevão, tem a gravidade que V. Exª revela, mas é preciso ter muita força interior para ocupar a tribuna, como V. Exª está fazendo, e sei que o faz para mostrar àqueles outros pais que amanhã possam ser vítima em potencial de um acontecimento desse, retratando a coisa mais fantástica que vejo no seu discurso: é que essa força interior lhe é dada por Deus para atravessar não só o que passou, mas a canalhice que tentaram atribuir a uma manobra política, como se V. Exª não fosse o homem decente que é. Não quero só lhe dar a minha solidariedade, aquela que foi dada anteriormente, no momento trágico, mas também o meu apoio à luta que V. Exª vai empreender. Conte comigo. Estaremos juntos.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral, como disse, um dos mais eminentes juristas do nosso País, ex-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, um dos grandes luminares da ciência jurídica, que

conheceu com profundidade a dor pela qual passou minha família e que, com seu coração generoso, deixou todas as suas atribuições naquele momento para nos oferecer, a mim, a minha esposa e a meus filhos, sua solidariedade e seu apoio. E é verdade, Senador Bernardo Cabral, não fosse a luz e a confiança em Deus e não fosse o suporte de bons amigos como V. Exª, eu não sei se nós teríamos resistido àquela semana de insuperável angústia que se abateu sobre nossa família.

Mas nós não podemos ficar indiferentes aqui à luta do Sr. Masataka. Não podemos ficar indiferentes à força de um homem abatido pela mais cruel das tragédias que pode se abater sobre um pai, que é a perda de um filho, principalmente de forma violenta e covarde, como foi o caso ocorrido com o menino Ives Ota. Não podemos ficar indiferentes ao fato de que, daqui a pouco mais de 28 anos, essas pessoas estarão de volta à sociedade, provavelmente com os mesmos defeitos, com as mesmas incorreções, com os mesmos desvios de personalidade de comportamento, talvez até agravados, e estarão novamente aí, como uma ameaça, na convivência com pessoas de bem, como o Sr. Masataka, que desejam apenas um espaço para viver e trabalhar com tranquilidade em nosso País.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Escuto com muita atenção o aparte de outro colega, que me honrou com a sua presença, com o seu apreço, com suas lágrimas naquele momento de dor, Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Luiz Estevão, eu vou prestar um depoimento ao Senado como um pai que também foi vítima de um acontecimento igual ao que sofreu V. Exª. Quando o meu filho, o Ludinho, foi seqüestrado por um 1º Tenente, Comandante da Rádio Patrulha de Campo Grande, um 2º Tenente, um advogado e um professor, eu fui muito pressionado a fazer justiça com as próprias mãos, mas decidi não fazê-lo. Deveria respeitar a lei, porque – pensei – pagar para assassinar bandidos dessa qualidade era a mesma coisa que pagar para matar um porco. Mesmo assim, entendi que não seria conveniente. Respeitei as leis. Eles foram condenados a penas de 25 e 30 anos, e, após nove anos de prisão, foram postos em liberdade segundo as leis vigentes no nosso País. Entendo que a pena máxima deveria ser outra, mas – parece-me – a sociedade não aceita a pena de morte. Quase todos os crimes hediondos a que assistimos são pra-

ticados por presidiários furtivos, pessoas com uma longa história de crimes e de transgressões. Portanto, Senador Luiz Estevão, apoio integralmente o esforço que esse pai, lá em São Paulo, está fazendo. Penso que a sociedade brasileira deveria precaver-se, mantendo esses criminosos presos permanentemente, evitando que cometam novos crimes graves. Parabéns a V. Ex^a pela sua exposição.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Muito obrigado, Senador Lúdio Coelho.

V. Ex^a, infelizmente, também é um dos tristes passageiros desses acontecimentos trágicos ocorridos na vida das pessoas do nosso País. Recordo-me do que aconteceu ao seu filho e da dor de todo o Brasil. Lembro-me também de sua solidariedade no momento de dor pelo qual passei. V. Ex^a não sabe, tampouco o Senador Bernardo Cabral, a importância da solidariedade que me prestaram naquele momento. É impossível dizer da solidão, do desespero, da desesperança, da angústia, da dor no momento em que, a cada instante, assoma à nossa mente o fato de o nosso filho estar sendo vítima da violência, nas mãos não se sabe de quem, e o que é pior: não saber como e qual será o desfecho de um caso tão bárbaro.

O que quero dizer, meu nobre amigo, Senador Lúdio Coelho, e demais Senadores e Senadoras aqui presentes, meu bom amigo, Senador Bernardo Cabral, é que temos a responsabilidade não de punir com as próprias mãos, como lembrou muito bem o Senador Lúdio Coelho, esses bárbaros criminosos, mas de agir como legisladores sobre essa questão. Aliás, uma coincidência triste e deplorável é a de que, também no caso do seqüestro do menino Ivis Ota, é a participação de policiais. Assim ocorreu no caso do seu filho, em que dois tenentes da Polícia Militar estavam envolvidos, e no seqüestro da minha filha, em que dois tenentes da Polícia Militar foram seus mentores e organizadores. Esses policiais não são pessoas desesperadas, que estão passando fome e dispostas a qualquer loucura para minorar a dor e a fome de seus filhos. Não. São pessoas treinadas, pagas pela sociedade para protegê-la; pessoas que, ao invés de usar conhecimentos para proteção da sociedade, se tornam bandidos e atacam a sociedade que os paga. Pior do que isso: são pessoas com renda alta. No caso de Brasília, esses tenentes ganhavam, por mês, cerca de R\$3 mil. Portanto, não há nada, nada, nem a mais leve esperança de um destempero, de um desespero, que pudesse justificar o cometimento de um crime como esse.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos ficar de braços cruzados. Cabe-nos – repito – não fazermos justiça com as próprias mãos; cabe-nos, por intermédio do poder que o povo nos concedeu, mudarmos as leis para que o apenamento desses criminosos se dê de forma mais radical, de uma forma que lhes seja vedado por muito mais tempo o retorno à sociedade, o direito de conviver com os que não desejam o crime, que desejam a paz, que desejam empregos, que desejam a ordem, que desejam a saúde e a educação.

Portanto, nobres Senadores, apresentei dois projetos de lei. O primeiro deles, foi fruto, em grande parte, do seqüestro do irmão dos cantores Zezé di Camargo e Luciano. Aliás, tive a oportunidade de estar com a dupla aqui no Congresso Nacional para tratar do seqüestro, que teve como consequência aquele ato bárbaro de mutilar o corpo de um jovem que, vitimado pela sorte, ainda é paraplégico. Mesmo assim, teve um pedaço da orelha cortada, como uma ameaça, como coação para receber o resgate. Como disse o Senador Bernardo Cabral, estão transformando a dignidade das pessoas em moeda de troca, como se fossem mercadorias que pudessem ser vendidas e trocadas por dinheiro. Baseado nisso, apresentei projeto de lei mediante o qual proponho a indisponibilidade dos bens das famílias dos seqüestrados, até o terceiro grau, numa decisão tomada não unilateralmente, mas numa decisão que tomada pelo juízo, mediante a provocação, no caso, do Ministério Público ou da Polícia.

Essa fórmula, que já foi tentada no Senado – foi argüida sua inconstitucionalidade, o que foi superado com o projeto que apresentamos –, ocorreu na Itália, país em que, como disse o Senador Bernardo Cabral, o seqüestro era um negócio. Na Itália, na década de 70, chegou-se ao absurdo de o pagamento dos resgates dos seqüestrados serem feitos a prazo: seis, oito, dez ou doze prestações. Aquele país não cruzou os braços. Aprovou uma legislação segundo a qual, imediatamente ocorrido o seqüestro, os bens dos familiares até o terceiro grau, são declarados indisponíveis, suas contas bancárias bloqueadas. Vedando a contraprestação do resgate, é claro que o hediondo negócio do seqüestro só tende a desaparecer. Portanto, julgo que devemos dar prioridade ao exame e à aprovação dessa medida.

Vejam o que acontece no Rio de Janeiro. No período em que minha filha esteve vitimada pelo seqüestro, recebi telefonemas, cartas, faxes e visitas de outras famílias que passaram pelo mesmo drama. E chegamos ao ponto de termos famílias, no Rio

de Janeiro, cujos pertencentes já foram seqüestrados mais de oito vezes! Ora, não podemos ficar indiferentes a isso. Só quem pode corrigir essa situação é o Congresso Nacional, por intermédio de aprovação de leis que tornem mais severas as punições para esses crimes e também, mediante a indisponibilidade dos bens das famílias das vítimas, impossibilitem o pagamento do resgate.

Soma-se à proposta do Sr. Masataka Ota um projeto que apresentei há cerca de três semanas, mediante o qual se aumenta o prazo máximo de cumprimento da pena, de trinta para cinquenta anos, porque, como disse V. Ex^a, é inadmissível que pessoas que cometem crimes bárbaros contra a família, no caso, contra o seu filho, estejam em liberdade depois de pouco mais de nove anos – como no caso de V. Ex^a –, usufruindo de todos os direitos que tem, por exemplo, a sua família, uma família íntegra, que sempre pautou a sua luta pelo desenvolvimento, pela geração de empregos, pelo progresso do nosso País.

Que convivência é essa? Que é sociedade é essa que readmite em seu seio criminosos, para usufruir da convivência com os que se conduzem na linha do bem.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Ouço, novamente, com muita atenção, o aparte do Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Vou passar ao Senado e à Nação brasileira um outro depoimento. Na ocasião, fui muito pressionado para negociar. Mas falei: – não negocio com bandidos. Chamei o que havia de melhor em matéria de repressão no Brasil. Liguei ao Governador de São Paulo, pedindo que ele me cedesse o Delegado Fleury, para que tomasse as providências legais. E assim foi feito. Quer dizer, insisto em que a sociedade brasileira reconheça que precisa tirar do seu meio bandidos irreversíveis. Os indivíduos que praticam esse tipo de delito – como o que foi feito com sua filha, com os cantores, com esse menino em São Paulo – não poderiam ter mais convivência com a sociedade. Entendo que uma pena grande, de 50 ou de 60 anos, é legítima defesa da sociedade. Sou favorável à pena de morte. Não apresento projeto pela pena de morte para eliminar da sociedade essa ameaça permanente, por causa até de um espírito muito benigno. Não é que eu entenda que, com a pena de morte, a pessoa ficará com receio de praticar esses crimes e não praticará outros. Entendo que a pena de morte é

uma legítima defesa da sociedade, para tirar do meio da sociedade uma ameaça permanente à integridade das famílias. Quando aconteceu isso, fiquei, por uns dez anos, desesperado. Procurei apoio com Chico Xavier, em Minas, procurei apoio com pessoas que sabiam muito e fui muito confortado por um padre em São Paulo. Ele me disse uma coisa muito interessante: "Lúdio, a brasa só queima onde cai". É verdade. Uma pessoa só pode entender uma ocorrência dessa natureza se for parte integrante disso. Considero muito importantes os projetos que V. Ex^a está apresentando. Penso que os parlamentares do nosso País haverão de entender a importância, para a segurança da família, da aprovação dessas modificações. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Lúdio Coelho.

Quero dizer que, realmente, como legisladores, não podemos ficar indiferentes à prática desses crimes, à dor dessas famílias e, principalmente, ao fato de que, se existe uma parcela da sociedade com possibilidade de tomar ações concretas no sentido de que esses crimes parem de ser cometidos, essa parcela da sociedade é justamente o Congresso Nacional.

Portanto, que nos sensibilizemos, que tomemos essa iniciativa do Sr. Masataka Ota, que encontra forças – Deus sabe onde – para não perder a esperança na sociedade e confiar que vive num País em que realmente aqueles que são justos e corretos têm o privilégio de ter a sua voz ouvida!

E é por acreditar justamente que não podemos nunca fechar a porta da esperança a pessoas como essas que apresento esses projetos de lei, com uma lembrança, muito viva na minha memória, das palavras do Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, na missa celebrada no dia 14 de setembro, após a libertação da minha filha. Ele lembrou, em sua homilia, em seu sermão, as palavras de um pensador cujo nome não me recordo. Ele disse a mim, à minha esposa e a todos os meus familiares que, lamentavelmente, depois do que havíamos passado, iríamos perceber que a dor passa, mas que não passa jamais a lembrança do ter sofrido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta, a realizar-se no dia 18 do corrente, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Lúcio Alcântara:

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, a imprensa tem noticiado, nos últimos dias, o resultado da prova de avaliação que o Ministério da Educação realizou nas diferentes universidades brasileiras públicas, estaduais, federais e particulares. A avaliação foi feita para os cursos de Direito, de Administração e de Engenharia Civil.

Quando da tramitação no Congresso, particularmente aqui no Senado, do projeto de lei ou da medida provisória – salvo engano, foi uma medida provisória – que instituiu a realização dessa avaliação anual que ganhou o nome popular de "provão", os debates foram muito intensos. Havia quem entendesse que aquela era uma forma inadequada e imperfeita de proceder à avaliação, porque desconsiderava certos tópicos do processo de formação de profissionais de nível superior que eram considerados essenciais para melhor julgar o desempenho desses cursos.

Após intensos debates, afinal, foi aprovada essa forma de avaliação, sem que se desconhecêssem, sem que se ignorássem, sem que se deixássem de levar em conta outros aspectos do problema igualmente importantes para a formação de um juízo sobre a qualidade desses cursos nas diferentes universidades.

Filiei-me à idéia de que é importante a instituição do provão, porque a universidade – principalmente a universidade pública, de onde sou egresso – merece de nós todo o aplauso, todo o apoio, todo o incentivo, inclusive em situações de pouco apreço que o Poder Executivo por elas tem demonstrado.

A universidade, como todo corpo funcional e toda sociedade autárquica, tem também seus preconceitos. E, não obstante se desenvolverem há anos, em diferentes instituições, estudos para definir a melhor forma de avaliação, até à época da aprovação do projeto não se tinha chegado a uma conclusão sobre a forma de proceder a essa avaliação.

Portanto, conquanto imperfeito, esse método para mim tinha a virtude de iniciar objetivamente a avaliação das universidades a partir do desempenho dos alunos no último ano de seus cursos, para que se pudesse aquilatar a qualidade desses alunos que estavam por deixar a universidade para ingressar no mercado de trabalho.

A eficiência do método está se comprovando. Três exames já realizados mostram que alguns cursos reincidiram na baixa qualidade. Há precariedade das instalações físicas, ausência de um número considerável de professores com mestrado e com doutorado e, finalmente, baixas notas obtidas pelos alunos na realização desses exames.

Ao todo, são 101 cursos, principalmente de universidades privadas, universidades particulares, mas, também, em alguns casos, de universidades federais; muitos outros são de universidade mantidas por prefeituras ou Estados.

Portanto, a simples revelação desses dados já serve para que possamos dizer que o método tem virtudes, ainda que precise ser corrigido em algumas de suas normas, ainda que possa ser aprimorado, inclusive com a contribuição dessas universidades. Vejam que muitas se dizem surpresas e injustiçadas com essa avaliação, mas, certamente, estamos no caminho em que, até para defender o consumidor, que é o aluno ou a sua família, poderemos saber claramente quais são as universidades que oferecem melhores condições para a sua formação profissional.

Portanto, Sr. Presidente, neste registro, quero lembrar a figura do Ministro Paulo Renato, que, realmente, se empenhou muito na aprovação da medida provisória –, depois de muito diálogo, de muita discussão, de muito debate e de muitas emendas –, para que pudéssemos ter esse instrumento público de avaliação.

Aliás, pretendo sugerir, se viermos realmente a reformar o Banco Central, a mudar a sua estrutura, um modelo de que tomei conhecimento no Banco Central do Chile, que é também uma instituição que consta de uma espécie de **ranking** de instituições financeiras, para que o aplicador ou as pessoas que estão envolvidas no mercado possam ter uma idéia, a partir do próprio Banco Central e obedecendo determinados parâmetros, da higidez das diferentes instituições.

No caso do Ministério da Educação, conjugado o provão com outros instrumentos de avaliação, teremos oportunidade de aprimorar o funcionamento da universidade. A universidade terá de sofrer, ainda que indiretamente e, talvez, de modo espontâneo, um certo controle da sociedade, para que essa possa exigir resultados que estejam à altura da missão daquela instituição.

Foram reprovados na avaliação do MEC 101 cursos. É claro que muitos poderão ter uma explicação para justificar sua inclusão nessa lista. De toda

sorte, com esse resultado, poderemos ter um processo de renovação do ensino superior. Não tenho nada contra a iniciativa privada, que tem todo o direito de atuar nos mais diferentes campos da atividade humana, inclusive no da educação. Mas, no ano passado, fiz uma viagem particular à Argentina e ao Chile, onde vi, nas ruas, muitos cartazes de propaganda de universidades particulares, faculdades privadas. Há aí um filão extremamente rentável.

Há algum tempo o Senador Luiz Estevão fez um pronunciamento sobre a questão da filantropia. O que está acontecendo? Os colégios e faculdades instituídos e dirigidos por religiosos vão sofrer demasiadamente com a aplicação da cobrança do INSS. Acho até que devíamos ter aprovado algo que obrigasse essas instituições a uma certa contribuição, mas fizemos inopinadamente e numa alíquota, a meu modo de ver, muito alta, o que dificulta o processo de adaptação. E ainda mais, muitas dessas escolas talvez tenham de fechar e os alunos irão para instituições privadas, que são lucrativas. Volto a dizer, não tenho nada contra o lucro, que é algo inerente a uma sociedade capitalista, como o Brasil é ou quer ser. Desde que o lucro decorra de uma atividade lícita, não seja escorchantemente, não seja o resultado de uma fraude, ele é mais do que lícito e é evidente que todo bom empresário tem de aspirar ao lucro. Mas essa migração sobrecarregará o bolso do aluno ou de sua família, porque as instituições de nível superior dirigidas por ordens religiosas, evangélicas ou católicas, certamente terão de aumentar as suas mensalidades.

Deixo este apelo, que não é meu – citei o Senador Luiz Estevão, porque eu estava aqui no momento em que S. Ex^a falou, mas muitos outros Senadores e Deputados pleiteiam, com justiça, uma reformulação dessa lei, até porque a interpretação é dúbia sobre o texto. O próprio Senador Jader Barbalho, que foi o Relator da matéria, já teve a oportunidade de afirmar que, no seu entendimento, o que ele estava colocando ali era algo contrário ao que está sendo feito. Evidentemente, não podemos nos guiar só pela **mens legis**, ou seja, o que o legislador queria fazer. O Direito Positivo quer saber o que está escrito. Mas o fato por si só é significativo para determinar uma revisão dessa lei.

Temos assistido aqui a casos em que o Presidente sanciona uma lei e, no mesmo dia, edita uma medida provisória modificando essa lei. Precisamos apelar para o Presidente Fernando Henrique nesse sentido, para que mude aquilo, que está inclusive em desacordo com o entendimento do próprio Rela-

tor e, conseqüentemente, do Plenário que apoiou o seu parecer.

O Sr. Luiz Estevão (PMDB – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Luiz Estevão (PMDB – DF) – Parabênizo o Senador Lúcio Alcântara pela oportuníssima matéria que traz a debate do Senado Federal. Efetivamente, a situação é muito fácil de entender: o Congresso Nacional aprovou uma legislação, uma legislação meritória, que busca acabar com as fraudes em determinadas instituições que, a pretexto de promover uma filantropia, que muitas vezes não promovem, na verdade evadiam-se de pagar contribuições devidas ao Fisco. Fizeram, assim, um patrimônio gigantesco às custas naturalmente da elisão fiscal, do não-pagamento de tributos. Então, nesse ponto, a iniciativa foi altamente meritória. Mas o que acontece? Ao ser votada a legislação no Congresso Nacional, foi feito um pedido de esclarecimento ao Relator na época, o Presidente e Líder do PMDB, eminente Senador Jader Barbalho, que deixou muito claro qual era o espírito contido no seu relatório, que previa como possibilidade de desconto do recolhimento à Previdência as bolsas concedidas a estudantes de baixa renda. A lei previa uma regulamentação que foi elaborada de maneira totalmente conflitante com o espírito da lei. Ora, a regulamentação não pode, de forma nenhuma, contrariar aquilo que está previsto na lei que a norteia e que, portanto, é o instrumento maior de aplicação daquela legislação. Dessa forma, o que estamos vendo? Centenas e milhares de estudantes em todo o País que não têm condições de pagar integralmente o custo de uma faculdade privada, custo esse de R\$400,00, R\$500,00, R\$600,00 por mês, que investiram de 12 a 15 anos da sua vida nos estudos, que se encontram a um, dois ou três anos de concluir seu curso superior, inviabilizados na sua continuidade porque simplesmente, com o fim das bolsas parciais, não terão condições de arcar com os seus estudos. E o que é mais grave, se tivesse o Estado condições de deslocar esses alunos para universidades públicas, visando a conclusão de seus cursos, o problema estaria resolvido. Mas todos nós sabemos que o Estado não dispõe de vagas nas universidades públicas e, portanto, estaremos, se ficarmos indiferentes à sorte desses alunos, assistindo de braços cruzados, à perda de todo o esforço de uma geração de brasileiros. Portanto, parabênizo o Senador Lúcio Alcântara. Tenho inclusive uma audiência marcada com o

Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, para a próxima terça-feira, justamente para tratar desse assunto, até porque tenho absoluta convicção de que esse é um assunto que sensibiliza todos os Senadores da República.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, sobretudo pela síntese que V. Ex^a fez com muito apuro de toda essa problemática. Inclusive, se o Ministério da Educação – já fugindo um pouco da contribuição do INSS – fechar alguns desses cursos, como é possível que ocorra, a partir de uma auditoria que vai ser feita em maior profundidade durante três meses, salvo engano, o que vai acontecer é que esses alunos têm que ser remanejados para outros cursos. O aluno que já estiver numa faculdade privada poderá se deslocar para outra, se houver no seu Estado, porque há casos de Estados pequenos que estão na mesma situação; se estiver numa universidade pública, possivelmente ele não terá condições de pagar a universidade particular. Não podemos deixar de olhar esse lado humano do problema, que é o lado do aluno, o lado das suas famílias. Mas também não podemos permitir que essas faculdades se espalhem por toda parte, com baixa qualidade, de certa maneira até enganando o aluno, preocupado não só em obter o diploma, mas a habilitação para que possa entrar no mercado de trabalho.

Não quero nem examinar o caso das Faculdades de Medicina, porque esse seria um caso especial. Mas lembro que, nos Estados Unidos, na década de 30, o governo americano nomeou uma comissão para fazer um estudo sobre o ensino médico naquele país. Dessa comissão, saiu um relatório, chamado Relatório Flexner – que era o encarregado dessa investigação –, a partir do qual foram fechadas várias Faculdades de Medicina nos Estados Unidos, porque não tinham um padrão mínimo capaz de assegurar a formação de um bom profissional.

Então, são problemas que temos de enfrentar, porque, na verdade, muitos dizem: "Formou-se numa má faculdade, problema dele! No mercado de trabalho, ele vai concorrer com alguém que está muito mais preparado para ir à luta". Não é bem assim. Em termos, talvez até possamos aceitar essa posição. Mas o Ministério da Educação tem a responsabilidade de assegurar padrões mínimos de funcionamento. Não queremos um Estado que diga sim ou não a tudo e que tenha de interferir em tudo, mas também não queremos um Estado omissivo, que não garanta às pessoas um mínimo de qualidade, por exemplo, no caso do ensino superior.

Portanto, Sr. Presidente, creio que a questão da filantropia merece uma ação mais enérgica de nossa parte, fazendo-se necessário entendimentos com o Ministro Waldeck Ornelas e com o Presidente da República no sentido de revermos essa interpretação, que é extremamente danosa para o funcionamento das instituições realmente filantrópicas, que formaram e formam, nos colégios e nas universidades evangélicas, católicas ou de qualquer outra denominação, pessoas que hoje conseguiram galgar altos postos na vida pública do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Na ausência de S. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Artur da Távola por 20 minutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Partido da Socialdemocracia Brasileira, o PSDB, faz a sua convenção no dia de amanhã, aqui em Brasília e, no mês de julho, faz onze anos de existência.

Desejo fazer um breve e modesto balanço do que, a meu juízo, é a influência, a presença, o significado da idéia da socialdemocracia no Brasil nesses últimos onze anos.

Digo, de antemão, que não é um balanço de membro, de um defensor intransigente, nem tampouco de alguém que pensa por paradoxos ou por extremos; é uma tentativa de análise. Portanto, não ficarei naquela posição de que o meu Partido é ótimo, o dos outros é péssimo; ou naquela posição, digamos assim, deslumbrada, heróica e retumbante em relação às próprias idéias e aos próprios partidos. Tentarei uma análise serena, aproveitando a tranqüilidade desta manhã de sexta-feira, quando adormecem as paixões "cpianas", e a Casa pode refletir alguma coisa.

Há alguma influência notória do pensamento socialdemocrático no Brasil após esses onze anos de existência de um partido a isso dedicado? Essa é uma bela questão, não muito fácil de responder, porque trabalharemos com dados imprecisos, com impressões. Nada há pesquisado em campo.

O PSDB nasceu, no final de 1987, de uma percepção existente entre alguns parlamentares – eu estava presente, fui fundador – de que a votação da Constituinte juntou algumas pessoas com um pensamento que não estava caracterizado propriamente por qualquer das unidades partidárias até então existentes. Não estava caracterizado pelo PMDB, do qual participávamos – e a maioria dos membros fun-

dadores do PSDB sai do PMDB –; porque o PMDB tivera uma função de frente política – na qual, aliás, foi inexcusável – na luta contra o autoritarismo e pelo retorno às bases democráticas do País.

Porém, a política de frente havia fragmentado de tal maneira a unidade interna no Partido que não havia mais como consolidar as idéias socialdemocráticas, ou socialdemocratas, que estavam no bojo da posição dos membros do PMDB, mas nem sempre estavam claras no programa de um partido que nascera de uma evolução do MDB e que tivera a missão hercúlea de juntar, numa frente de grande labilidade ideológica, várias figuras, da extrema esquerda praticamente à extrema direita. Tratava-se de um partido de pessoas que, por razões diversas, eram contrárias ao autoritarismo e desejavam a sua derrogação pacífica, como aliás aconteceu. O PMDB, ou o MDB – são a mesma coisa – foram ou foi inexcusável nesse papel:

Assim nasceu o PSDB e não, como muita gente pensa, de uma dissensão paulista. Essa é uma maneira de deslustrar um belo nascimento, por sinal. Nós, naquele momento, sentimos a necessidade de formular de maneira clara que havia um campo entre a esquerda clássica e a direita liberal que poderia ser ocupado por liberais modernos e, ao mesmo tempo, por homens de esquerda que não tinham da esquerda uma visão com base quase que exclusiva na ação do Estado. Tanto que foi uma das primeiras preocupações do PSDB a formulação da sua idéia de Estado. E ela foi beber numa frase feliz de Norberto Bobbio – isso está no Manifesto, do qual, aliás, fui um dos redatores. A frase lapidar: "Nem o Estado máximo dos totalitários, nem o Estado mínimo dos liberais, mas o Estado socialmente necessário". Isso, que é uma síntese luminosa, serviu de orientação, de símbolo e também de frase atrativa para os homens que pensassem dessa forma.

Portanto, está no cerne da idéia da socialdemocracia no Brasil uma determinada concepção de Estado. Ora, o problema brasileiro desde a formação da Constituição Cidadã, desde a disputa, a luta interna ali e nos anos que se seguiram até hoje tem sido o da questão do Estado. O Estado está no centro da discussão brasileira.

A esquerda clássica, que costumo chamar de conservadora e que se preocupa muito mais com si mesma do que propriamente, a meu juízo, com alguns destinos do País, é uma esquerda narcísica e intolerante. Essa esquerda conservadora supõe que nós, socialdemocratas, somos arautos do que ela chama – utilizando a palavra de modo pejorativo, e

essa palavra já ganhou foros de pejorativa – de neoliberalismo. O neoliberalismo ficou uma palavra maldita na vida brasileira, tendo em vista que a esquerda conservadora, em geral, ganha as batalhas da comunicação, até porque tem muitos de seus soldados infiltrados ou presentes, sinceramente, com muita sinceridade, nos meios de comunicação. Uma pesquisa antiga mostra que, nos meios de comunicação brasileiros, 70% são simpatizantes do PT. Entre os jornalistas do Rio de Janeiro, pesquisa feita pela ABI mostra que 55% estão entre os simpatizantes do PT e do PDT. Trata-se de uma pesquisa maior e mais ampla, de que constava também esse dado.

Então, evidentemente, é fácil perceber-se que, pelas entranhas da elaboração das matérias jornalísticas, passa-se a visão da esquerda conservadora, com o pensamento generoso – eu não nego – e com as melhores intenções éticas – também, não nego –, porém, a meu juízo, com o pensamento atrasado em relação à contemporaneidade – se não atrasado, defasado. Ela faz crer que a posição do PSDB em relação à questão do Estado é uma posição de neoliberalismo. O que é neoliberalismo? Seria um novo liberalismo? Até nem seria de má conduta que o liberalismo ganhasse novas formulações. O liberalismo é um movimento que acompanha a Humanidade há séculos e tem na sua trajetória posições revolucionárias, notáveis. É só nos lembrarmos da Revolução Francesa e de ideais que até hoje chegam até nós.

Portanto, a questão do Estado está no bojo da formação do PSDB e até hoje é discutida. Creio que, nesse sentido, se fizermos uma análise retrospectiva, veremos que tem sido interessante a contribuição do PSDB nessa matéria. Pelo acaso – a meu ver feliz – de termos alguém de nossos quadros sido eleito Presidente da República, a questão do Estado foi colocada com muita clareza, com muita verdade, sobretudo com muita coragem moral a partir do momento em que se propôs ao Congresso – e este demorou a se resolver sobre o tema – a Reforma Administrativa.

A proposta foi feita de modo atabalhado, errado do ponto de vista da comunicação, incompatibilizando o funcionalismo público com o nosso partido. O Governo, nesse ponto, errou à vontade, mas não errou no objetivo. A mesma coisa pode ser dita em relação à Reforma da Previdência e a todo esse conjunto de medidas que tem feito a festa oposicionista – por um lado, porque ele tem uma aparência de perversidade. Essas medidas, no entanto, representam a coragem de enfrentar o magno problema

deste País, que é o problema do Estado. Paga-se o preço de todas as impopularidades inerentes a isso, mas persiste-se na tentativa de formular uma visão generosa de Estado, de respeito ao funcionalismo, de recuperação da carreira, tudo, enfim, que constitui a base viva dessa reforma proposta.

O fato é que chegamos ao ponto atual com passos importantes dados. É verdade que esse avanço foi feito com muito sacrifício, com muita luta, com muito desgaste, com muita dificuldade, porém, creio que a contribuição do PSDB na discussão da questão do Estado no Brasil pode ser considerada uma contribuição positiva.

O Sr. Lúdio coelho (PSDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Lúdio coelho (PSDB – MS) – É um prazer ouvir o competente pronunciamento de V. Ex^a. Gostei muito da parte em que V. Ex^a diz que o PSDB procurou o meio-termo – nós, do mato, sempre falamos que não deve ser 8 ou 80: tem de ser o meio. O único reparo que faço ao nosso PSDB diz respeito à parte prática: o nosso PSDB é extremamente intelectualizado, é professor demais. Nós precisamos cuidar um pouco mais do dia-a-dia da vida, do arroz com feijão, na linguagem popular. Faltam-nos mais homens que saibam como fazer, não só na teoria. Mas o pronunciamento de V. Ex^a me agrada muito. Obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, companheiro de partido, Senador Lúdio Coelho. V. Ex^a tem toda razão, eu concordo. Usando uma expressão contemporânea da qual os jovens gostam muito: há muito "papo cabeça" no PSDB e, às vezes, pouca ação. E esse é um ponto que deve ser analisado em nossa convenção.

Mas estou, justamente, tocando num ponto que me parece de difícil elucidação: o que pretende ser o PSDB aos olhos da população? Ponto, aliás, que V. Ex^a trata com muita precisão. O PSDB é um partido que trabalha muito com conceitos, e é muito difícil, na política, passar conceitos, até porque as pessoas não esperam, propriamente, conceitos dos políticos e, sim, soluções. Mas, por outro lado, é óbvio que sem uma teoria da política, não haverá uma prática da política correta. Quer dizer, a prática da política correta insere-se numa teoria correta. Pensando na teoria sob esse ângulo é que estou aqui com o meu "papo cabeça", tentando dar uma contribuição desapaixonada, incorporando evidentemente os as-

pectos que significaram avanços e os aspectos que não significaram avanços.

Outra contribuição importante da socialdemocracia para a hora presente – esta sim, é prática – concretiza-se naquilo que significa o principal aspecto do Governo Fernando Henrique Cardoso – e que nunca é considerado como tal, nem vem à tona, nem é debatido, nem é, sequer, ouvido. Refiro-me à concepção educacional, que é o aspecto mais positivo do Governo Fernando Henrique Cardoso até hoje. É de extrema importância a reforma feita na educação, apesar de ser menos conhecida, se ser pouco conhecida.

A reforma educacional tem caráter profundamente democratizante. Cresci e me formei ouvindo educadores, ao discutirem o problema, dizerem que a educação brasileira jamais seria democratizada enquanto não fosse democratizada a sua base. E essa tarefa hercúlea foi empreendida. Creio ser uma contribuição dada pelo pensamento da socialdemocracia. Curiosamente, esta, que sempre foi uma tese de esquerda, foi repudiada permanentemente pela esquerda conservadora no Parlamento, que prefere a inexistência do êxito para ter vitórias eleitorais do que somar-se a um esforço que venha na direção de idéias de esquerda.

O que se constatava ao observar a educação brasileira? Via-se uma educação de elite, para formar elites, que jamais havia se encaminhado, a não ser de poucos anos para cá, realmente, na direção de fazer com que a educação básica, que o ensino básico, fosse comum a todos os brasileiros – e não apenas pelo ângulo quantitativo. O Brasil já tem aproximadamente 91% da população escolar em escola, mas, do ponto de vista qualitativo, num tipo de escola que garanta a todos a permanência no processo educacional, não excluindo os menos favorecidos – exclusão que ocorria por várias razões, a principal das quais sendo a deficiência no ensino, que levava à repetência e acabava por tirar mais cedo da escola os filhos de famílias pobres, com menos condições de enfrentar as dificuldades do processo escolar. Aí está um ponto fundamental do pensamento socialdemocrata, do pensamento clássico da esquerda, para o qual, acredito, a ação do PSDB tem contribuído positivamente.

Não creio que tenha sido tão positiva, na mesma proporção, a ação do pensamento da socialdemocracia na questão de meio ambiente. Apesar de termos em nossos quadros nomes como o de Fábio Feldman e termos implementado políticas – recentemente votamos um importante projeto feito ao tempo

em que ele era deputado, criando todo um sistema nacional de defesa do meio ambiente –, concretamente, o nosso partido não traduziu em ação direta, concreta – no prático, como diz o Senador Lúdio Coelho –, as suas idéias para o campo do meio ambiente. Formula muito bem, mas, a despeito disso, a questão do meio ambiente no Brasil não vem sendo enfrentada na medida do possível, do desejável – omissão que se torna flagrante quando observamos as florestas, a Amazônia, a destruição dos rios e essa verdadeira invasão feita pelo sistema produtor, indiscriminada, com altos graus de liberdades e grande perdas para o país.

Estamos a viver uma experiência interessante na área da saúde. Ela está nascendo, a meu juízo, primeiro, da ação prática do Ministro José Serra, que, acredito eu, ao final de sua gestão poderá formular, com o talento que tem, uma completa visão, uma completa teoria da ação de saúde no Brasil. Esse é um grande desafio, porque a questão da saúde é básica.

O PSDB afirmou as suas idéias na questão educacional de maneira clara, mas, apesar de no campo da saúde contar com inúmeros pensadores, até hoje não produziu uma formulação clara com respeito a esse campo. O Ministro José Serra assumiu – administrar no Brasil é administrar o caos – e diariamente enfrenta esse caos, como ainda agora na questão de um hemocentro em Pernambuco, com muita ação, com muita energia, no sentido prático.

Acredito que o País esteja muito bem servido, mas qual a filosofia de saúde que o País precisa ter? Isso é algo que está a ser formulado, e tenho a certeza que o Ministro José Serra, com o seu talento, ao fim de sua gestão, formulará um belo projeto para o País. O Governo socialdemocrata, pela primeira vez, teve a coragem de colocar um administrador na área da saúde e, ao que parece, está gradativamente sendo provado à Nação que muitas vezes um administrador qualificado, seja ele médico ou não, tem a possibilidade de fazer uma transformação nesse setor básico da vida brasileira. Há, por exemplo – eu sei, sou testemunha –, um esforço do Ministro no sentido de transmutar a ação curativa em ação preventiva, antiga tese que vem sendo realizada pela determinação, pela verdadeira obsessão que tem o Ministro José Serra pelo trabalho e pelas suas idéias. Acredito que somente essa ação preventiva poderá realmente diminuir o número brutal da incidência da doença, nos níveis em que está existindo no Brasil.

Portanto, no campo da saúde, a contribuição do pensamento socialdemocrata é algo que está em

gestação, em brilhante gestação, filha de uma brilhante gestão – é claro, sem nenhuma intenção de trocadilho – e que poderá juntar-se às outras concepções.

Eu deveria trazer aqui ainda a forma corajosa pela qual a socialdemocracia colocou para o País o fim dos monopólios do Estado, em todas as suas matérias – excluindo o monopólio, mas não as empresas estatais indispensáveis ao que é básico no País –, e a coragem com que foi enfrentada a questão das privatizações.

A questão das privatizações não é, como foi dito à sociedade pela Oposição, algo que vem para "cobrir o rombo do Estado" – a expressão é da Oposição. As privatizações foram propostas ao País e encetadas por razões de desenvolvimento; exclusivamente para recuperar a capacidade de investimento em setores básicos da economia em relação aos quais o Estado estava exaurido. Que poder de investimento tinha o Estado nas áreas de telecomunicações ou de energia? Absolutamente nenhum. O Estado brasileiro estava falido, com uma dívida alucinante, tendo que investir para garantir desenvolvimento, emprego, aquisição de tecnologia. Tudo isso foi enfrentado e resolvido com muita dificuldade, com enorme coragem moral, pagando o preço de algumas impopularidades, sobretudo aquela perversa impopularidade nascida de uma artimanha feita pelo pensamento oposicionista, com a idéia de que privatizar é agir contra o patriotismo, despertando o sentimento patriótico pelo lado negativo. E as privatizações aí estão, ainda dentro da concepção de Estado do PSDB, esse Estado socialmente necessário – o que acredito ser um aspecto interessante.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com prazer, Senador.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Estou gostando, está indo bem.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado. V. Ex^a, com a sua maturidade e sabedoria de homem do campo, sintetiza tudo de modo magnífico. Estar indo bem já foi o melhor prêmio que eu poderia ganhar para o meu descosido discurso.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – A estatização é produto de uma época, na minha avaliação. No passado, a economia particular não tinha condições de envolver trabalhos de base em nosso País. Por exemplo, Volta Redonda, outras usinas. Os tempos são outros. Acredito que o PSDB está certinho, nessa fase em que a Nação está vivendo, de traba-

lhar no sentido de transferir para a livre iniciativa esse tipo de atividade. No setor de saúde, educação e meio ambiente, é absoluta a necessidade de aprofundarmos na definição de responsabilidade. Penso que se definíssemos com clareza as responsabilidades de cada área de governo – saúde, educação e meio ambiente – e as fontes de recursos para executá-las, completariamos o trabalho que o Presidente Fernando Henrique está fazendo para a Nação. Hoje, conversando com um amigo, falei que essas reformas, ao que parece, têm que ser feitas por pedaços mesmo, como se falou outro dia. Não se consegue fazer tudo de uma vez. O conceito de meio ambiente está estreitamente ligado à educação do povo. Não podemos ser exagerados; há os que querem preservar a natureza sem usá-la. A natureza é para ser usada com competência, sem destruir o que nos serve. Há pessoas extremadas. Hoje, por exemplo, os maiores poluidores são as populações das cidades. No Pantanal, nas matas, o povo da cidade é que destrói, que queima, que mata os animais. Não são os homens do campo que matam animais selvagens, mas, sim, os da cidade. O pronunciamento de V. Ex^a, Senador Artur da Távola, está sendo muito bom. Eu o felicito. Muito obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Senador. O seu julgamento me defer honra. Agradeço a V. Ex^a.

Infelizmente, o meu tempo acabou. Eu gostaria de tocar em outro ponto, no qual o pensamento socialdemocrata não tem sido vitorioso: trata-se da agricultura. Creio que temos muito a fazer nesse campo, temos que valorizar o que é uma visão socialdemocrata desse problema. É um ponto a avançar-se. Infelizmente, não tenho como desenvolvê-lo.

Finalmente, eu havia selecionado para o **grand finale** a questão dos direitos humanos, uma das mais belas conquistas do pensamento socialdemocrático, que incorporou idéias liberais a idéias da esquerda clássica, numa ação conjunta que não cai nos extremos de uma nem de outra, no campo da reforma agrária, no campo da livre apuração de crimes políticos do tempo da ditadura, no campo da política internacional. Infelizmente, por serem matérias de grande extensão, não cabem mais num discurso que já passou seis minutos do tempo. Portanto, está na hora de encerrar, tendo em vista que não há nada mais forte nesta Casa do que a energia do ameno sorriso do nosso Presidente Geraldo Melo, quando, com ele, nos indica que "seu tempo acabou, pelo amor de Deus, não seja prolixo".

Muito obrigado a V. Ex^a. Não serei prolixo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Ademir Andrade, por 5 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a esta tribuna para reapresentar o documento de constituição da comissão mista parlamentar de inquérito para apurar a ação dos institutos de pesquisa no Brasil durante a campanha de 1998.

Logo após as eleições, foi demonstrada claramente a divergência entre os resultados apresentados pelas pesquisas e os resultados oficiais das eleições. Imediatamente, muitos Parlamentares desta Casa entenderam a necessidade de se investigar a ação desses institutos de pesquisa, para apurar as irregularidades cometidas por eles e mudar as regras de divulgação de pesquisas em nosso País.

A CPI chegou a ser constituída, chegou a ser instalada, mas, infelizmente, devido ao pouco tempo que tinha para trabalhar e ao nosso Regimento, que exigia seu encerramento na mudança da legislatura – norma de que estamos tratando em modificações ao Regimento Interno apresentadas a esta Casa –, ela foi encerrada. Mas voltamos a apresentá-la. É evidente que deu muito trabalho, porque tivemos de recolher 30 assinaturas dos Srs. Senadores e mais 180 assinaturas dos Srs. Deputados Federais, mas ela foi novamente apresentada. No requerimento, solicito, também, que a documentação apresentada pelos institutos de pesquisa na CPI anterior seja anexada à nova CPI, para adiantar o processo de trabalho.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que essa CPI tem grande importância para o Brasil. Da mesma forma que o sistema judiciário brasileiro está sendo investigado por uma comissão parlamentar do Senado, que está encontrando muita corrupção e muito desvio de dinheiro público, da mesma forma que a CPI do Sistema Financeiro está descobrindo erros gravíssimos do Banco Central, que levaram a prejuízos imensos para o País, creio que a ação dos institutos de pesquisa no Brasil foi extremamente nefasta diante da vontade do povo brasileiro.

Muitos governadores de Estado e até mesmos presidentes da República foram eleitos em consequência do desvirtuamento, da falta de verdade, do comprometimento dos institutos de pesquisa com os governos que exerciam poder na época, já que os institutos de pesquisa têm como seus maiores clientes os próprios Governos Federal e estaduais.

Está mais do que claro que houve manipulação dos resultados e condução da vontade do eleitor na maioria dos Estados. Eu diria que em 80% a 90% dos Estados brasileiros houve condução da vontade do eleitor pelos institutos de pesquisa, que desvirtuaram os resultados eleitorais e contrariaram a vontade do povo. Em São Paulo, por exemplo, não tenho dúvida de que se não fosse a manipulação feita pelos institutos de pesquisa, hoje seria governadora a ex-Deputada Federal Marta Suplicy. Ela teria ganhado tranquilamente se não fosse a manipulação dos institutos de pesquisa.

Esse foi o grande choque que sofreu a população brasileira, mas, em alguns lugares, houve verdadeiras aberrações, como nos Estados do Amazonas e do Pará, e como nos pequenos Estados do Norte do Brasil, que apresentaram diferenças que chegaram a 25% entre o resultado da pesquisa feita pelo instituto às vésperas das eleições e o resultado oficial das eleições. Houve também os casos dos Senadores e do Governador do Estado do Amazonas, e os casos do Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul. A maioria dos Estados brasileiros apresentou diferença muito grande entre o resultado oficial e o divulgado pelos institutos de pesquisa.

Portanto, esses institutos precisam ser investigados, policiados, precisamos estabelecer novas regras de divulgação das pesquisas em nosso País, pois já estamos próximos a uma eleição municipal. Em mais de cinco mil municípios haverá eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, e não podemos permitir o trabalho desonesto dos institutos de pesquisa. É preciso dar um basta a essa impunidade, a essa verdadeira consagração da impunidade. O que esses institutos fizeram foi abuso de poder, pois eles acreditam na impunidade.

Por isso, estamos voltando à Casa com o requerimento de pedido de CPI, assinado por 30 Senadores e mais de 180 Deputados Federais. Espero que essa CPI seja instalada, que ela funcione, apure as irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisa, puna os responsáveis e estabeleça novas regras de funcionamento para os institutos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nobre Senador Lúdio Coelho, estamos intercalando as comunicações inadiáveis nas sessões em que não há Ordem do Dia. De maneira que consulto V. Ex^a se

poderia aguardar que o nobre Senador Osmar Dias pronunciasse seu discurso. Logo em seguida, V. Ex^a faria a sua comunicação.

Mas, se não houver inconveniente para o Senador Osmar Dias...

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço o Senador Lúdio Coelho com atenção, para depois usar da palavra, Sr. Presidente.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de transmitir à Mesa o meu desacordo com o uso da palavra para comunicação inadiável. Há pessoas inscritas há muito tempo e um Senador pede a palavra para fazer uma comunicação inadiável que nada tem de inadiável – ele apenas apresenta o seu posicionamento de Oposição. Não vejo o que havia de inadiável nas afirmações do ilustre Senador que me antecedeu.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Casa toma boa nota da observação de V. Ex^a, Senador Lúdio Coelho, e reconhece que, embora o Senador Ademir Andrade nada tenha feito senão o que todos nós, Senadores, temos feito, no uso da comunicação inadiável como um recurso, eu concordo com V. Ex^a que o critério de uso da comunicação inadiável deveria incorporar o componente inadiável na comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias, por 20 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Lúdio Coelho protestou com razão. Às vezes um Senador chega aqui no início da sessão e aguarda o momento de usar a palavra, e aí tem que esperar uma comunicação que não tem nada de inadiável. É uma comunicação que apresenta inclusive hipóteses, como as que ouvi aqui do Senador que me antecedeu: "Se não fosse a pesquisa, em São Paulo a Marta Suplicy ganharia a eleição". Quem ganhou a eleição foi o Governador Mário Covas.

E, olhando para o Senador Lúdio Coelho, eu me lembro de que "se a vaca voasse, poderíamos chamá-la de passarinho". Usar a palavra para levantar hipóteses não tem nenhuma característica inadiável, mesmo porque a eleição foi realizada em outubro e o Governador eleito, pela vontade do povo de São Paulo, foi Mário Covas, que, aliás, continua sendo um orgulho para o PSDB.

Entretanto, vim à tribuna para continuar o discurso do Senador Artur da Távola, que disse que

não teve tempo de falar da agricultura. Assim, volto a falar de agricultura. Iniciei um pronunciamento, na sexta-feira passada e não o conclui, ocasião em que fiz um alerta ao Governo: o de que poderemos estar, agora, iludidos sobre os ganhos que a agricultura está conquistando na comercialização da safra que está colhendo, de 1998/99. No entanto, esse ganho poderá ser totalmente anulado e parte dele consumida pelo aumento dos insumos agrícolas, que já atinge uma média de 53% se considerarmos a soma dos aumentos dos defensivos agrícolas, dos adubos, enfim, dos insumos que são utilizados para a produção.

Ontem, um noticiário de televisão divulgou, mais uma vez, uma avaliação da importância que tem a agricultura para o País. Houve a interrupção de três trimestres consecutivos de déficit no PIB. No período de janeiro a março, houve um crescimento do PIB superior a 1%. E isso não teria acontecido não fosse o desempenho da agropecuária brasileira. A indústria teve uma retração de 4%; os serviços, de quase 1%; e a agropecuária foi quem conferiu ao Brasil a possibilidade de crescimento do PIB, até invertendo a tendência de queda, o que caracterizaria a recessão em nosso País. A agropecuária teve um crescimento superior a 9%, possibilitando um crescimento do PIB superior a 1%, o que desfaz as previsões pessimistas de que teríamos crescimento negativo neste primeiro trimestre, e, em consequência, no ano todo.

Mas isso não pode servir para que alguém pense que tudo está correndo maravilhosamente bem na agricultura brasileira. Não. Volto a afirmar: existe uma nova matriz de preços no mercado internacional em função da abertura comercial ocorrida. Não podemos mais conviver com ineficiências no setor; não podemos mais conviver com a falta de planejamento para o setor, porque já pagamos caro pela manutenção do dólar em valores irreais por muito tempo, que conferiram à agropecuária brasileira uma dificuldade enorme de competir no mercado internacional.

A desvalorização do real deu alento, mas por um período muito curto, à agropecuária. Os preços em real estão bons, mas os preços em dólares são os piores da história da agropecuária. Não somente a soja e o milho, mas também outros produtos de exportação, como a carne bovina, estão hoje com o preço extremamente defasado em relação à média histórica. A arroba do boi está em torno de US\$16, quando a média, nesta época, deveria ser de US\$20; a soja está com os preços em torno de

US\$8.3, e, em algumas regiões, até abaixo de US\$8 a saca, quando a média histórica fica entre US\$10 e US\$11; o milho está em torno de US\$4.2, em algumas regiões, em outras, abaixo de US\$4, quando a média histórica é de US\$5.5. Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, o Governo está garantindo para a saca de soja valor em torno de US\$11, porque ele subsidia a produção e a comercialização por parte dos produtores.

Aqui, diferentemente, estamos assistindo a um discurso muito estranho na televisão, que diz que tudo está bem e que a agricultura brasileira está a salvo da crise.

Quero alertar, mais uma vez, para o que ocorrerá na hora de plantar a safra: o custo de produção será acrescido de algo em torno de 27% em algumas culturas, de 23% em outras, e teremos todo esse ganho, que é ilusório, consumido na hora de plantar a safra.

Por isso, quero fazer propostas para que o Governo possa reduzir o impacto do custo de produção e, sobretudo, salvar a próxima safra. Não adianta a agropecuária conferir agora ganhos se perderemos na próxima safra. Se não fizermos agora aquilo que o Governo brasileiro já deveria estar fazendo há mais tempo, poderemos comprometer as metas de exportação do próximo ano, porque estaremos comprometendo a safra.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB - MS) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB - PR) - Concedo um aparte ao Senador Lúdio Coelho, com muita honra.

O SR. Lúdio Coelho (PSDB - MS) - Senador Osmar Dias, V. Ex^a conhece, em profundidade, o setor agrícola brasileiro. Ao ouvir que a agricultura e a pecuária foram as responsáveis pelo crescimento da economia brasileira neste trimestre, quero realçar a competência do agricultor brasileiro e do **El Niño**, dois fatores que contribuíram para esse crescimento. Neste momento, quando os agricultores estão terminando de colher a safra e iniciam o plantio da safrinha no meu Estado, plantando muito milho, não temos conhecimento, Senador Osmar Dias, de nenhum financiamento para a dita safrinha, que, aliás, é muito importante para nós, já que passamos a importar milho e arroz. Então, para contribuir com o pronunciamento de V. Ex^a, que fará propostas e sugestões ao Governo para que tenha uma participação efetiva na agricultura brasileira, lembro-lhe esse fato: no meu Estado não existe nenhum financiamento para o plantio da safrinha, que está ocorrendo agora.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Lúdio Coelho. Essa, inclusive, é uma das sugestões que farei ao Governo.

Os agricultores estão alterando a sua metodologia, e o milho safrinha já ganha uma área enorme no Paraná, em Mato Grosso do Sul e em outros Estados, como opção no período de outono/inverno. Portanto, precisamos apoiar o plantio da safrinha, que é uma grande opção de renda e de geração de empregos. Alocar recursos para a safrinha é fundamental. Mas tem que ser agora! Mais tarde será inútil, porque o agricultor terá deixado de plantar o milho safrinha.

Nobre Senador Lúdio Coelho, sempre vejo Senadores defenderem aqui, para a geração de empregos, a construção civil, colocando-a como prioridade absoluta. Acredito que a construção civil seja importante. Mas, comparativamente com a agricultura, não dá para estabelecer parâmetro. Todos os empregos da construção civil brasileira somam 4 milhões; na indústria, temos 9 milhões de empregos. No entanto, se pegarmos os empregos que a agricultura já está gerando, teremos 18 milhões, que, somados aos gerados nas cidades – porque para cada emprego gerado no campo, como consequência, temos mais um emprego gerado na cidade –, serão 36 milhões de trabalhadores que dependem da agricultura.

Se há crise de emprego, por que não ter a coragem de adotar a agricultura como a grande alavanca do desenvolvimento econômico do País é, assim, cumprir a meta dos 11 bilhões de superávit na balança comercial – e podemos cumpri-la, se houver apoio à agricultura – e gerar empregos?

Então, não dá para abrimos mão de algumas medidas que o Governo deve adotar. A primeira delas, recursos para a safrinha. E para a safra de verão, a alocação de R\$15 bilhões em recursos. Vão dizer que o Senador Osmar Dias está ficando louco, porque não existe esse dinheiro. Existe sim. É só aumentar a exigibilidade dos bancos de 25 para 30%. Hoje, a exigibilidade de crédito rural dos bancos é de 25%. Aumentando-a para 30%, teríamos um ganho de R\$1 a R\$2 bilhões no volume do crédito agrícola. Não podemos mais depender da "63 caipira" e submeter o agricultor à política cambial, porque ela já foi responsável pelo endividamento do campo. A dívida, em dólares, da agricultura brasileira, hoje – fiz um levantamento –, é de 4 bilhões. É preciso que o Governo brasileiro reveja os critérios dessa dívida, transformando-a em dólar de dezembro. E, daí para a frente, convém arrumar um outro indexador, que pode ser o INPC, ou um outro qualquer utilizado pela

economia brasileira. Porque fazer o agricultor suportar a desvalorização cambial na sua dívida será praticamente transferir a ele a incapacidade de pagar e, sobretudo, condená-lo a ficar inadimplente com o sistema financeiro, não podendo obter crédito, consequentemente.

O Governo tem que arrumar outras fontes de recursos. No BNDES, vamos encontrar os recursos necessários para complementar o que ele prometeu liberar no ano passado – no ano passado, o Governo prometeu R\$10 bilhões e só liberou R\$7 bilhões. Neste ano, estamos colocando como medida indispensável para que a agricultura brasileira atinja 90 milhões de toneladas a alocação de R\$15 bilhões, dos quais R\$2 bilhões para uma linha de crédito e investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas, e R\$13 bilhões para o crédito dos produtores tradicionais e o crédito da agricultura familiar – que deve ter os seus recursos aumentados para R\$3 bilhões, e não para R\$ 2 bilhões, apenas.

Aliás, o programa de agricultura familiar é o que mais caracteriza a socialdemocracia em nosso País. Se quisermos citar um programa que caracterize a socialdemocracia, que é tão decantada, devemos citar o Pronaf, que atinge a massa de pequenos agricultores e trabalhadores, que atinge aqueles que realmente necessitam do apoio oficial, do apoio do Governo. Mas é preciso que o Governo adote uma medida: fortalecer o cooperativismo de crédito, para que, com sua capilaridade, ele possa atender mais aos pequenos agricultores, aos agricultores familiares, que não são atendidos pela rede oficial de bancos, que, evidentemente, procura cumprir o que lhe é exigido fazendo contratos maiores, para diminuir o custo administrativo. As cooperativas podem ter esse papel importante, mas também precisam que o Governo repasse os recursos para a equalização dos juros que são repassados para os bancos normais.

O fortalecimento do cooperativismo de crédito exige também que o Governo cumpra o compromisso assumido com as cooperativas e libere os recursos do Recoop, que estão paralisados, que estão aguardando algumas gestões administrativas, algumas providências burocráticas, o acerto entre a Secretaria do Tesouro Nacional e os bancos privados, para que algumas regras sejam atendidas. Com isso, os recursos do Recoop poderão ser liberados para as cooperativas, o que vai atender 630 mil agricultores no País e colocar as cooperativas em condições de serem aquele instrumento de viabilização da agricultura, como tem ocorrido, aliás, em muitos Estados.

Quanto ao seguro rural, Sr. Presidente – por uma feliz coincidência, o Senador Lúdio Coelho, um dos maiores conhecedores da agropecuária brasileira, está presidindo a Mesa –, ele é importante pois não podemos mais continuar deixando o agricultor ao sabor do risco das intempéries climáticas. Hoje, V. Ex^a falou do **El Niño**, que favoreceu a agricultura; mas, amanhã, poderá ocorrer um fenômeno climático que irá desfavorecê-la. Em algumas regiões, **La Niña** foi desfavorável; para nós, mais ao sul do País, ela foi favorável. No entanto, não podemos submeter o agricultor ao enorme risco de colocar seus recursos de financiamento no Proagro, que, na verdade, não atende às necessidades do produtor, porque é muito mais um seguro para o banco do que para o produtor rural.

Ou o Governo institui o seguro agrícola ou estimula a iniciativa privada a colocar em prática um seguro agrícola no País, como existe no Estado de São Paulo e atende a alguns agricultores do Paraná. Penso que o Governo brasileiro tem todas as condições para isso.

O grande desafio que o Governo deve enfrentar é a política comercial. Com a globalização, com a abertura comercial, o Governo brasileiro deixou de tomar alguns cuidados que precisam ser tomados agora; isso é o que vêm fazendo, aliás, os países mais desenvolvidos. Os Estados Unidos taxam os produtos importados quando não querem que esses produtos ingressem no seu território, para não gerar desemprego e para evitar a competição com seus produtores. O exemplo do suco de laranja já foi muito usado aqui; os Estados Unidos cobram US\$480 a cada tonelada importada. Precisamos de uma política comercial mais agressiva, para impor a liderança que o Brasil tem na produção de alimentos. Mas, para isso, na última rodada do milênio da Organização Mundial do Comércio, o Brasil tem que se apresentar como um país que definirá, no próximo século, no próximo milênio, as regras do comércio internacional.

Se aumentarmos a produção – e aqui podemos fazer isso; só no cerrado temos 80 milhões para serem incorporados ao sistema produtivo nacional –, poderemos balizar os preços das **commodities** agrícolas. E, como balizadores de preços, podemos, sim, negociar uma redução do protecionismo dos países mais desenvolvidos, porque, com essa redução, poderíamos aumentar o comércio internacional em 40 bilhões para os países em desenvolvimento, sendo que, desses 40 bilhões, cerca de 15 a 18 bilhões ficariam para o Brasil poder aumentar a sua

participação no mercado internacional. Mas, para isso, o Brasil precisa também adotar medidas de proteção. E quais são as medidas de proteção? Alíquotas flexíveis, que podem ser adotadas para cada produto, e que poderão ser adotadas em cada ocasião. Por exemplo, agora, há uma alíquota que protege o setor leiteiro, mas que não é suficiente para evitar a triangulação que ocorre no Mercosul, porque estamos obedecendo à Tarifa Externa Comum – TEC – com o Mercosul.

Além de fazer que alíquotas flexíveis, que podemos aumentar e diminuir, possam proteger os produtos eventualmente – quando não queremos que eles entrem –, temos que fiscalizar a origem dos produtos, para impedir triangulações como a que existe com o Mercosul. Produtos da União Européia vêm para os países do Mercosul e entram aqui com selo argentino ou uruguaio, evidentemente aproveitando-se das tarifas privilegiadas do Mercosul.

Além disso, temos que neutralizar os efeitos do crédito privilegiado que existe para a importação. Se um importador pode fazer a importação com um crédito de longo prazo, com carência de seis meses e, sobretudo, com taxas baixas, ele vai importar mesmo que não necessitemos do produto aqui, pois ao colocar esse produto à venda, ele vai fazer capital de giro para a sua empresa. Temos que neutralizar essa situação, exigindo que os importadores façam as suas importações com prazos curtos de pagamento e, sobretudo, fazendo a fiscalização sanitária dos produtos importados.

Não é mais novidade para ninguém que o Brasil está importando produtos de segunda linhagem, de segunda categoria, oferecendo ao consumidor brasileiro produtos – como o leite e seus derivados – que são rejeitados no mercado europeu, no mercado de origem, sendo que poderíamos estar produzindo aqui, com muito mais qualidade, os produtos que estão ingressando em nosso País. Para isso, é necessário que haja uma política sanitária igual à dos países que são nossos competidores. Vejam a dificuldade que temos para colocar um produto nosso na União Européia! Só que recebemos produtos da União Européia sem fazer as mesmas exigências. O Brasil poderia começar a adotar agora essa política sanitária, principalmente quando se negocia uma expansão da área livre de febre aftosa.

Ao lado dessa medida, temos que criar um grande programa nacional de combate às moléstias, como, por exemplo, a própria febre aftosa, cuja erradicação, hoje, está dependente muito da ação dos Governos estaduais. O Governo brasileiro deveria re-

passar recursos inclusive aos Municípios para que eles participassem do esforço de erradicação da febre aftosa, o que significaria ganho, no preço da nossa carne, em torno de 15%.

E ao falar em carne, devo dizer que a cota Hilton do Brasil é muito pequena. A Argentina tem 20 mil toneladas de cota Hilton, e o Brasil, apenas cinco. Será que, com o maior rebanho comercial do mundo, já não temos o direito a uma cota Hilton que permita a exportação de cortes nobres, para que possamos inclusive abrir novos mercados para a carne que não está incluída na cota Hilton? Isso tem que ser negociado. Não podemos ficar preocupados somente em produzir e colocar a produção no armazém da cooperativa ou no armazém da iniciativa privada. Temos que abrir os mercados, e, para isso, o Governo brasileiro tem que ser mais incisivo, mais agressivo, nas rodadas de negociação com a OMC. E tem, sobretudo, que cobrar o espaço a que temos direito em razão da nossa liderança na produção mundial.

A política sanitária, o programa sanitário deveria, por exemplo, combater a **new castle**, doença que atinge as aves, e a peste suína. Eliminaríamos essas doenças, essas moléstias que nos impedem de exportar produtos para algumas regiões do mundo ou que, pelo menos, significam restrições a essas exportações.

Não podemos nem sonhar em aumentar de 18 para 45 bilhões as exportações de produtos agrícolas se não tomarmos medidas no campo sanitário, porque, hoje, as condições sanitárias dos produtos são utilizadas para impor barreiras comerciais. Quando, em uma região do mundo, não querem importar o nosso produto, dizem que não podem importar porque o produto não tem qualidade, porque aqui há febre aftosa, **new castle**, peste suína. Algumas vezes não se trata de nada disso, mas esse é o argumento utilizado por nossos competidores, argumento que precisamos eliminar.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Concedo, com muita satisfação, o aparte a V. Exª.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Faço este aparte sobretudo para cumprimentar V. Exª pelo magnífico discurso que produz nesta manhã de sexta-feira. V. Exª é, sem dúvida, um campeão na luta pela agricultura brasileira, um setor em cujo trato, a meu ver, nós, brasileiros, mais do que lenientes, temos sido negligentes. O Brasil é o país que oferece as melhores condições do mundo para a agricultura.

Todavia, vivemos patinando em torno de uma produção de 80 a 90 milhões de toneladas ao ano, e ainda nos regozijamos por isso. Traz-nos V. Exª uma informação que deve estar presente nas nossas considerações permanentemente, a de que hoje, com a economia globalizada, a agricultura tem que ser também reexaminada no que diz respeito à matriz dos seus custos, dos seus preços. E os nossos custos são realmente elevados. Os Estados Unidos têm 2% apenas da população no campo, porque mecanizaram o campo; produzem, portanto, por valores bem menores do que os nossos. Precisamos encontrar, dessa forma, meios e modos de reduzir os nossos custos. No que diz respeito, por exemplo, à soja, em cujos custos os americanos pensavam ser imbatíveis, já podemos, no Brasil, produzi-la bem mais barato.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Da porteira para dentro.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Da porteira para dentro. Mas o problema brasileiro em relação ao americano é que não possuíamos ferrovias e portos em boas condições para a exportação. Já agora temos uma ferrovia, a Ferrovia dos Carajás, Norte-Sul, que conduz exatamente ao Porto de São Luís, o melhor porto brasileiro e o de operação mais barata. Na outra ponta, temos os cerrados maranhense, piauiense e o de Tocantins, que podem receber também os produtos que vêm de Mato Grosso e até do Pará, em uma grande composição para a exportação da soja. Desde que o Brasil tenha uma política consistente e inteligente nesse setor, estaremos competindo, com vantagens, com os Estados Unidos. Portanto, precisamos realmente aceitar as ponderações de V. Exª, todas judiciosas, e acrescentar algo mais no que diz respeito ao trato com a nossa agricultura. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Edison Lobão. Aproveito inclusive para, com o seu aparte, fazer uma proposta. Se já avançamos na criação de infra-estrutura para o transporte e o escoamento da produção, precisamos distribuí-la melhor. Temos regiões, no País, onde o progresso da agricultura depende diretamente daquilo que foi feito em infra-estrutura para escoamento e armazenamento da produção.

Muitas regiões, hoje, estão inproveitadas exatamente porque falta infra-estrutura. Mas temos que reduzir custos. Os custos do transporte, por exemplo, consomem cerca de US\$32 por tonelada em nosso País ainda, porque a distância média para se colocar uma tonelada de grão no porto no Brasil é de

850 quilômetros e a distância média, na Argentina, nosso competidor, é de 250 quilômetros. O que dá à Argentina um diferencial de 15 dólares por tonelada. E ela é a nossa grande concorrente, não adianta pensarmos que são os Estados Unidos. Na Argentina é que está havendo um crescimento enorme da agricultura; lá está-se triplicando a produção de soja e de outros produtos agrícolas num período de cinco anos, como ocorreu agora.

Temos, portanto, obrigação de dar à agricultura brasileira a infra-estrutura necessária para que esse avanço ocorra.

O Senador Artur da Távola, que agora preside a sessão, dizia dos compromissos do PSDB. Falo, aqui, dos compromissos do Governo, que tem, na sua base aliada, Partidos de extrema importância no País, como o próprio PSDB, o PFL, o PMDB e o PPB. E em nenhum desses Partidos se nega que a agricultura é a alavanca para o desenvolvimento deste País.

No entanto, nós, que apoiamos o Governo, ainda não conseguimos convencer determinadas autoridades, que têm o poder de decidir sobre determinadas questões; que a agricultura é, sem nenhuma dúvida, o setor que tem maiores vantagens comparativas hoje, e ela é que poderia, por exemplo, debelar a crise do emprego. Se falarmos em emprego, temos que falar em agricultura; se falarmos em balança comercial, que é uma outra meta que temos que cumprir, temos que falar em agricultura; se falarmos em distribuição de renda, temos que falar em agricultura.

Já foram dados alguns passos importantes para se obter a democratização do crédito, com o Pronaf, para haver uma distribuição melhor dos recursos para os agricultores. Já se avançou muito. Mas o Pronaf deveria ser a grande bandeira do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele deveria fazer desse programa, daqui para frente, no seu mandato, aquilo que o Senador Artur da Távola chama "a marca da socialdemocracia". Não há, eu disse no começo e repito agora, nenhum programa; no Governo Fernando Henrique Cardoso, que tenha tanto a marca da socialdemocracia como o Pronaf, que atende aqueles que vivem da agricultura familiar no campo, que são os que dão empregos para os filhos, os que dão empregos preferencialmente à família, mas que empregam trabalhadores rurais, e, portanto, são aqueles que necessitam, efetivamente, do apoio oficial. Esse programa tem que ser ampliado no que se refere à aplicação dos recursos e, sobretudo, na capilaridade da distribuição dos recursos,

porque os bancos privados, evidentemente, fogem dele.

Vejo que o meu tempo já se esgota. Sei que há outros oradores inscritos e eu vou respeitar isso. Mas este meu pronunciamento ainda vai continuar, porque não terminei, porque vou fazer as propostas.

Acredito que o Governo tem que pensar com muito mais atenção na pesquisa e não pode ficar ausente do processo de debate da introdução dos transgênicos em nosso País – há muitas pessoas, que não entendem do assunto, falando com paixão a respeito, porque ouviram alguém falar que os transgênicos fazem mal à saúde; mas não procuraram analisar com profundidade a questão, que tem que ser avaliada sob o ponto de vista ambiental, sob o ponto de vista da saúde do consumidor e sob o ponto de vista comercial também. Não podemos deixar esse debate se transformar em uma questão de paixão ou simplesmente de idealismo; precisamos ser racionais e nos incorporar àquilo que ocorre nos outros blocos econômicos do mundo. Os Estados Unidos já plantam cerca de 50% de transgênicos; a União Européia, por intermédio das grandes redes de supermercados, praticamente repudia a aquisição dos transgênicos. Nós não devemos, de forma alguma, evitar o debate; ao contrário, temos de debater quais os erros cometidos na condução da política econômica atingem diretamente a agricultura como questão de desenvolvimento e como questão fundamental de distribuição de renda e de promoção do emprego em nosso País.

Sr. Presidente, respeitando o tempo regimental, encerrarei por hoje, mas quero voltar à tribuna, na semana que vem, para continuar oferecendo propostas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vem sendo mal informado sobre a situação em que vivem os agricultores brasileiros.

Como integrante do PSDB, é minha obrigação não só alertar, mas levar, também, ao Presidente, as propostas que podem fazer desse setor a grande alavanca de crescimento do nosso País, para que possamos, aí sim, Senador Artur da Távola, dizer que o Governo Fernando Henrique Cardoso é um governo socialdemocrata.

Agradeço o tempo.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, 2º Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Lúdio Coelho, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Tem a palavra o Senador Edison Lobão, por 20 minutos, por cessão do Senador Geraldo Melo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, visitar um museu de arte, e refiro-me ao Brasil, é a conquista de inextinguíveis momentos de encantamento intelectual. Nesses instantes, nossa sensibilidade apreende os lampejos da genialidade de artistas que, em todas as épocas, honraram e exaltaram as tradições culturais do povo brasileiro.

Mas, pergunto-me: quantos brasileiros já tiveram a oportunidade de sentir tal encantamento frente a obras como a de Pedro Américo, Vitor Meireles ou Antônio Parreiras?... Quantos do nosso povo já viram e emocionaram-se com as telas de Eliseu Visconti, Aurélio de Figueiredo ou Baptista da Costa, para citar apenas alguns dos já mortos, nascidos no século XIX?...

Nos museus, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão as obras dos nossos grandes artistas, obras nem sempre expostas, pois muitas delas são mantidas embrulhadas nos porões...

Fica-se pensando, então, que os nossos imortais artistas, que imaginavam estar oferecendo sua criação artística para o povo brasileiro, acabaram tendo suas telas confinadas num pequeno círculo, para o deleite de uma elite privilegiada.

Inspira-me este discurso, Sr. Presidente, o recente noticiário de **O Globo**, dando conta de uma quantidade significativa de obras falsificadas, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que está provocando inclusive a abertura de inquéritos policiais. Obras falsificadas, notadamente de autores mortos. Algumas vezes, falsificam-se obras de famosos pintores estrangeiros, "batizam-nas" com nomes falsificados de autores mortos brasileiros e, assim, são vendidas no Brasil.

Isso ocorre com tanto intensidade, porque as obras artísticas dos nossos grandes autores não são conhecidas nem mesmo pelos setores da economia melhor afortunados; e porque, pela reduzida divulga-

ção das obras de arte, não surgiu ainda, por carência de demanda, o interesse para a adequada formação de especialistas no assunto, técnicos capazes de identificar as falsificações.

Na França, onde a fiscalização contra a falsificação de quadros é rigorosa, há a presença de um perito em todos os leilões, que atesta, no instante da negociação, se o quadro é autêntico ou não.

As obras de arte brasileiras não podem continuar resguardadas para uma reduzida minoria de privilegiados, que têm a possibilidade – aliás, nem sempre aproveitada – de percorrer, no Estado do Rio de Janeiro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu Antônio Parreiras, o Museu da República ou, em São Paulo, a sua Pinacoteca ou o Museu de Arte de São Paulo, entre outras casas de cultura – poucas, na verdade –, que conservam preciosos acervos artísticos em seus salões e até mesmo em seus porões.

As obras de arte têm de chegar à população inteira, pois o talento dos nossos artistas reflete a sensibilidade do povo brasileiro, que precisa ser partilhada por homens e mulheres, jovens e velhos.

Todos os grandes nomes brasileiros da pintura, para me referir apenas aos nascidos no século passado, alcançaram reconhecimento e prestígio inclusive na Europa, onde aprimoraram seu talento por meio de bolsas de estudo.

O paraibano Pedro Américo (1843-1905), com suas telas abordando temas bíblicos e históricos, tratados em cores suntuosas, alcançou a imortalidade com os seus quadros. Entre outros, a "Batalha do Avaí", encomendado pelo governo brasileiro, e o "Grito do Ipiranga", encomendado pelo Governo de São Paulo, hoje no Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

O catarinense Vitor Meireles (1832-1905), pintor brasileiro que reparte com Pedro Américo a glória de ser o mais famoso do século XIX, visitou os campos de batalha da Guerra do Paraguai, onde assistiu a combates e bombardeios, para identificar-se com a realidade das cenas que recriaria em suas telas. Dessa sua experiência surgiram as telas "Combate Naval de Riachuelo" e "Passagem de Humaitá" (1872), episódios da Guerra do Paraguai encomendados pela Marinha e, sobretudo, "Batalha de Guararapes" (1879). Inspirado na carta de Pero Vaz de Caminha, Vitor Meireles pintou "A Primeira Missa no Brasil", tida como sua obra-prima, exposta no Salão de 1861 em Paris.

Observe-se que muitas dessas obras são conhecidas da população em cartões postais ou em gravuras de calendários, mas nunca vistas no original pela grande massa das pessoas do povo.

Antônio Parreiras, nascido em Niterói em 1860, onde morreu em 1937, foi o mestre das belas paisagens, dedicando-se mais tarde à pintura histórica. Poucos hoje sabem que, em 1925, foi eleito o pintor mais popular do País.

Eliseo D'Angelo Visconti, o italianinho que chegou ao Rio de Janeiro com um ano de idade e ali morreu em 1944, pintou em 1924, entre tantas obras, o painel alusivo à assinatura da primeira Constituição republicana no nosso velho e saudoso Palácio Tiradentes, então Câmara dos Deputados.

Quantos outros artistas, Sr. Presidente, inscreveram seus nomes nos mais altos píncaros da nossa arte plástica e estão hoje praticamente esquecidos, obnubilados, porque ao povo não se proporciona o direito de ver e apreciar suas obras? Outro deles é Aurélio de Figueiredo (1856-1916), que brindou a arte plástica brasileira com o "Descobrimento do Brasil" e "O Baile da Ilha Fiscal", entre outros quadros.

E, nesse rol dos grandes nascidos no século passado, cite-se também o fluminense João Batista da Costa, nascido em 1865 e falecido no Rio de Janeiro em 1926. Tornou-se um artista renomado por suas paisagens. Com o quadro "Em Repouso", ganhou o prêmio de viagem à Europa no I Salão Nacional, em 1894. Na Escola Nacional de Belas Artes, orientou alunos das mais diversas tendências, como Osvaldo Teixeira e Cândido Portinari.

Com a simples e ligeira citação desses nomes e de suas obras, vê-se que eles, e quiçá todos os artistas plásticos brasileiros, são credores de uma dívida de reconhecimento e de gratidão ainda não saldada pelas nossas administrações. Cabe ao Ministério da Cultura dar início ao resgate dos nomes e obras que, subestimadas, vão caindo no esquecimento popular.

Nesses últimos anos, temos visto a ampla divulgação que ampara as geniais obras de pintores estrangeiros. Mostras de seus quadros foram organizadas no Brasil, com o oneroso deslocamento de outros países para o nosso. São iniciativas que, naturalmente, merecem o nosso aplauso. Contudo, leva-nos à indagação: por que o Ministério da Cultura brasileiro não impulsiona as "mostras" em vários recantos deste país-continente, da nossa arte plástica mais representativa?... Inclusive retirar dos porões as obras de arte que ali adormecem por não terem encontrado ainda o seu definitivo posicionamento?...

Seria uma meritória iniciativa, que ofereceria a grandes contingentes da população a oportunidade que jamais terão em outras circunstâncias. Um ato de brasilidade, assim seriam entendidas essas gestões, que se enquadram entre os deveres de uma entidade responsável pelo estímulo à cultura.

O desinteresse com que se manipulam as obras significativas dos nossos artistas plásticos precisa ser transformado em ações dinâmicas para a sua constante e ampla divulgação, por meio de iniciativas só possíveis com a atuante participação do poder público.

É este o apelo que dirijo ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro da Cultura, que inaugurariam, nesse sentido, eventos que historicamente jamais ocorreram em nosso País.

Sr. Presidente, quanto às falsificações, creio que deveremos tomar uma posição. Decidi estudar melhor o assunto, ouvir especialistas, consultar a legislação estrangeira e propor ao Congresso Nacional uma lei capaz de coibir e, sobretudo, punir tais delitos. O que fazer, por exemplo, com as telas falsificadas? Em alguns países são prontamente incineradas.

São chocantes as reportagens de **O Globo**, que nos motivam agora a tomar tais posições.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A Mesa aproveita para aludir a presença do Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, na sessão de hoje, o que honra muito a mesma.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio, ilustre representante do Pará nesta Casa.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da sessão, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta manhã, fazer um relato sobre essa semana de trabalhos aqui em Brasília.

Primeiro, tivemos a oportunidade de receber uma quantidade muito grande, representativa mesmo, dos senhores prefeitos de todo o País. O Encontro Nacional dos Prefeitos, além da oportunidade de reunir os gestores de todos os Municípios brasileiros, teve a representação dos vereadores e Presidentes de Câmaras Municipais, dando a oportunidade para a administração municipal do nosso País reunir-se e determinar objetivos. Foram recebidos ainda pelo Senhor Presidente Fernando Henrique e conseguiram equacionar vários problemas que trazem preocupação para os Municípios, principalmen-

te aquele que se refere à contribuição municipal, a partir de junho, para com a Previdência Social. O Presidente adiou por noventa dias o desconto do INSS referente à folha de pagamento dos funcionários públicos municipais e estuda uma fórmula para, realmente, equacionar esse grave problema que afeta todos os Municípios brasileiros.

Mesmo cumprindo a Lei Camata, os Municípios terão grande dificuldade para administrar seus recursos. Vejamos um exemplo: um município qualquer que limite em 60% de suas receitas os gastos para custear pessoal, tendo de contribuir também com 23% do valor da folha de pagamento para o INSS; terá comprometidos 83% da arrecadação municipal. Acresça-se a esses gastos o custeio da máquina – importante e necessária – e veremos que será reduzida praticamente a zero a margem para investimentos.

Com isso, todos os Municípios brasileiros terão grandes dificuldades para se manter – não penso nem em investimentos. A simples manutenção dos Municípios será realmente muito difícil, tendo em vista essa nova condição de exclusão, não só dos funcionários públicos, mas também do povo como um todo. Haverá necessidade de uma reformulação, de uma adaptação, de um novo conceito para que, realmente, esse problema seja solucionado. Sua Excelência, mostrando-se sensível à situação, acatou a solicitação dos prefeitos e prorrogou por noventa dias essa medida.

Grande ajuda representaram também os R\$180 milhões que foram liberados para que houvesse a compensação do FEF com relação aos Municípios. Essa foi uma grande oportunidade e acredito que a maioria dos prefeitos retornou satisfeita aos seus Municípios ao perceber que suas reivindicações foram imediatamente entendidas pelas autoridades com quem se reuniram.

Um outro assunto ao qual gostaria de me referir diz respeito à reunião com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, realizada na quarta-feira. Naquela oportunidade a bancada federal do meu Estado, representantes da Amazônia, Senadores de outros Estados e Deputados Federais apresentaram reivindicações referentes ao esboço do Plano Plurianual para o ano 2000. As reivindicações foram apresentadas em razão do descompasso existente entre as prioridades estabelecidas pelo governo federal – particularmente o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento – para a nossa região e aquelas traçadas pelos governos estaduais, principalmente no caso do Governo do Pará – o Governador Almir Gabriel, nos quatro anos em que administrou o Esta-

do do Pará, deu prioridade maior para a verticalização minerária, para a agroindústria e para o turismo; as prioridades estabelecidas no PPA-2000 pelo governo federal são o ecoturismo, o extrativismo e a biotecnologia.

Ao extrativismo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Pará e a Amazônia já se dedicaram ao longo de décadas e décadas, mas não obtivemos nenhum resultado prático. Ao contrário, a experiência amazônica é muito ruim. Há também o exemplo do Amapá, da Icomi, como já falei aqui diversas vezes: a exploração de manganês, ao longo de cinquenta anos, nada deixou para a região, apenas os problemas sociais advindos da falta de atenção e de investimentos na área social.

Outro triste exemplo tem sido dado pela Companhia Vale do Rio Doce. Sob a administração de Benjamin Steinbruch, dedicou-se a empresa apenas a sugar, "vampirar", as reservas minerais e os recursos do nosso Estado. Esperamos que algo mude com o trabalho do Sr. Jório Dauster, hoje à frente da Diretoria Executiva da Vale do Rio Doce, mas temos tido muitos problemas com relação à Vale do Rio Doce.

Há pouco foi publicada pelos jornais **O Globo** e **a Folha de S.Paulo** uma denúncia muito séria do diretor do DNPM. Demonstrou-se que a isenção de Imposto de Renda da qual desfrutou a Companhia Vale do Rio Doce durante o período de dez anos só pode ser admitida se houver a verticalização minerária. Se a verticalização minerária não for executada, se os minérios não forem industrializados no Pará, não se pode admitir a isenção do ICMS para a Vale. Isso nós temos repetido já há algum tempo e agora vamos exigir a revogação dessa isenção – o Ministério Público Federal já propôs ação nesse sentido. Com certeza, esse será um objetivo a ser perseguido por nossa bancada.

Ainda nesta semana estivemos reunidos com o Ministro do Orçamento e Gestão, Sr. Pedro Parente. S. Ex^a designou uma comissão de técnicos para, no dia 25 de maio, ir ao Pará e conosco discutir as nossas prioridades e uma forma de alterar o Plano Plurianual. Com isso, será possível estabelecer, na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias e no próprio Orçamento da União, uma meta conjunta, envolvendo o governo municipal, o governo estadual e o governo federal. Esperamos, assim, evitar o que vem ocorrendo durante muitos anos: na Amazônia, as prioridades e as vocações regionais não têm sido reconhecidas pelo governo federal.

Foi no Governo Fernando Henrique que, por meio dos ministros que atuaram na região nesses

primeiros quatro anos, concretizamos a Tramoeste, levando energia para quase todo o Estado do Pará. Com o Governador Almir Gabriel, terceirizamos a Companhia Elétrica do Estado e levamos energia à margem esquerda do Amazonas – energia diesel-elétrica implementada por uma empresa internacional, que também atende toda o Estado do Pará.

Hoje temos um projeto terminado, concluído, na área de energia em nosso Estado. Esse fato – que supriu necessidade há muito sentida por nós – muito tem contribuído para a concretização de um grande sonho: melhor estruturar o Estado para dar-lhe capacidade de se desenvolver. Esse desenvolvimento é fundamental para um Estado que, como sempre digo aqui, coopera, e muito, para os resultados de nossa balança comercial: contribuimos anualmente com aproximadamente R\$2,2 para a União, ajudando-a em seu esforço de obtenção de divisas. O Pará ocupa o segundo lugar no que diz respeito a contribuição para com a balança comercial. Portanto, o Pará tem, realmente, os seus direitos já adquiridos. Precisamos agora melhor nos estruturar para suprir aquela que é a maior necessidade hoje em nosso Estado: a geração de emprego e de renda.

Quero, ainda, fazer uma saudação aos nossos aliados do Pará, que virão à Brasília neste final de semana – hoje estão chegando o Governador Almir Gabriel e o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Martinho Carmona – para a Convenção Nacional do PSDB. Será uma oportunidade importante para que o PSDB nacional faça justiça, também, em nosso Estado. É bastante consolidada a aliança entre a bancada federal, a bancada estadual, uma quantidade de prefeitos e o governador, fato que faz com que a vinda dessas lideranças políticas tenham a possibilidade de mais se aproximar da realização de um dos grandes sonhos do Pará, que é a união dos políticos, a união política nacional em torno dos graves problemas que o Estado atravessa.

Tivemos, agora, nesta semana, uma demonstração de que, acima dos partidos, estamos caminhando na direção do desenvolvimento do nosso Estado. Em reunião com o Ministro dos Transportes, toda a bancada federal, representantes da bancada estadual e todos os prefeitos da Transamazônica reivindicamos a declaração do estado de emergência na Transamazônica. Convencemos o Ministro Eliseu Padilha da necessidade de se decretar o estado de emergência; conseguimos a liberação de R\$1,7 milhão – ainda referentes ao Orçamento de 98 – para que os prefeitos iniciem uma frente de trabalho para

dar trefegabilidade à estrada e deveremos retornar ao Senhor Presidente Fernando Henrique, unidos, o Senador Jader Barbalho, a Bancada Federal do PMDB – independente de qualquer conotação política – para defender o nosso Estado. Essa união política continua e espero que possamos, nos próximos meses, equacionar a maior dificuldade que temos tido ao longo dos anos: a falta de união dos políticos, dos trabalhadores, dos empresários do nosso Estado, a fim de alavancarmos a economia e gerarmos emprego, renda, pois esse é o compromisso que temos com o nosso povo.

Aproveito a oportunidade que tenho nesta manhã para fazer uma reflexão sobre uma situação bastante desconfortável para o meu Partido, o PPB. Até agora, o Partido não se manifesta em nível nacional, não fala em convenção, enquanto os partidos sérios, honrados têm apresentado suas propostas, seus programas de governo. O PFL fez uma bela festa, realizou sua convenção e apresentou um candidato para concorrer às eleições nacionais, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi apresentado como a única alternativa visível e viável do partido. O PSDB também se reunirá em convenção nacional, nesta semana, e brevemente o PT, enquanto o nosso Partido, o PPB, não participa nem das reuniões políticas com a base de governo. A base de governo é chamada pelas lideranças a participar das reuniões com o Presidente da República, com os Ministros de Estado e nós sequer somos convidados, porque temos uma dificuldade muito grande de manter essa condição, tendo em vista o Presidente Paulo Maluf. Temos encontrado essa dificuldade muito grande. A reação é muito grande. Hoje, li nos jornais que há deputados federais e estaduais de São Paulo deixando o PPB, inclusive deputados tido como malufistas, e indo para o PMDB, para o PFL. Temos ouvido também falar de deputados que estão pedindo a substituição de ministros do PPB, o que constitui uma situação bastante desagradável para o nosso Partido.

Entretanto, vou continuar minha luta no sentido de que ou o Partido se enquadre nessa nova forma de governar, tendo projetos sérios, formas concretas de trabalho em prol do desenvolvimento do nosso País, ou, então, realmente, será a dissolução total do nosso Partido ou até, quem sabe, o nosso Partido deva buscar, se não essa forma de mudança, pelo menos se associar, se juntar, se fundir a outro partido que possa conduzir esse processo importante, que é o processo do desenvolvimento e o político do nosso País.

São as referências que faço, tendo em vista o momento por que passamos. Espero que realmente possamos refletir melhor e termos uma decisão que o Partido possa tomar de imediato.

Quero também agradecer a atenção do Sr. Presidente em exercício dos trabalhos desta Casa, do Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que veio aqui nesta sexta-feira também fazer parte do nosso dia-a-dia – estamos aqui sempre presentes –, e do Senador Pedro Simon, que hoje também até a madrugada ainda estava lá na CPI – e fiquei acompanhando pela **Rádio Senado**, pela **TV Senado** a participação dos Senadores –, que está oferecendo uma demonstração bastante firme, bastante forte de resultado que a sociedade cobrava. Está lá a CPI funcionando, dando resultados e, realmente, o Congresso continua a funcionar votando os projetos importantes para o nosso País, levando a solução para que possamos sair dessa grave crise.

Hoje também li na **Gazeta Mercantil** o Sr. Herbert Levy fazendo uma análise da votação que tivemos esta semana com relação a lei dos juros no Brasil. Durante esta semana tivemos a oportunidade de, em um projeto que veio da Câmara Federal, consolidar a retirada desse artigo da Constituição. O jornalista faz uma crítica veemente, gratuita, a esta Casa, dizendo que não entendeu o porquê de o Senado aprovar essa emenda à Constituição, quando deveríamos deixar que o próprio mercado regule as taxas de juros, reduzindo-as como vem fazendo no dia a dia. Essa alteração feita por nós foi uma alteração que a sociedade pedia. A Câmara aprovou por unanimidade e nós aqui tivemos pouquíssimos votos contra. Tivemos a oportunidade de dar o respaldo à necessidade da sociedade.

Faço esse registro porque, com certeza, foi uma falta de conhecimento ou até uma falta de dados de parte do articulista da **Gazeta Mercantil**.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

S. Exª poderá falar sentado, tendo em vista seu problema momentâneo no pé, que nada obstante não o afasta das suas tarefas e funções, com grande presença e atuação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Eu falo aqui, estando presente o Senador Antonio Carlos, e estando V. Exª na Presidência, Senador Artur da Távola.

Faço questão de esclarecer, mais uma vez, a admiração que tenho por V. Exª. Eu, que sou um as-

sistente assíduo e permanente da **TV Senado**, não me lembro de ter aprendido tanto como nos pronunciamentos de V. Exª; cada um deles é um aprofundamento melhor que tenho ouvido. Não nego que V. Exª – também seria impossível que não tivesse – tem um pequeno calcanhar-de-aquiles. V. Exª, na sua genialidade, busca defender as variadas posições do seu partido. Reconheço que são posições que tem no coração e que são difíceis – isso mesmo –, mas são o seu desejo, o seu sonho. Lá pelas tantas, V. Exª não vê a diferença entre o sonho e a realidade. O seu sonho é uma maravilha! O que o senhor sonha para um partido, a sua idealização é o que há de mais magnífico, extraordinário e espetacular. Não há dúvida nenhuma. Foram esses os motivos que o levaram ao PSDB. E foi com profunda mágoa que, quando era Governador do Rio Grande do Sul e fui convidado a ir para o PSDB – até pela minha amizade e carinho com o Dr. Ulysses Guimarães, e porque lá no Rio Grande do Sul não somos de mudar de partido –, não acompanhei os que foram. Não acompanhei com profunda tristeza, porque os meus grandes amigos, os grandes nomes que havia no MDB, como Covas, Fernando Henrique e V. Exª foram para o PSDB.

Vamos ver o que vai acontecer, para onde vamos. Há debates importantes, como a apresentação da candidatura do Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, à Presidência da República.

Após as últimas eleições, participei do Programa *Roda Viva*, e perguntaram-me: "Quem são os próximos candidatos?" Respondi: "É piada dizer quais são os próximos candidatos. Faltam quatro anos!" No entanto, lembro que, quando faltavam seis meses para a eleição de 1989 – eu era Governador do Rio Grande do Sul –, o Governador de Alagoas, Fernando Collor, esteve em visita a Brasília e passamos uns dias juntos. Estávamos no restaurante Rainha do Mar, e ele tentando convencer-me a fundar um partido novo, em que ele seria candidato a Presidente da República, e eu, a vice, ou o inverso. Depois, Fernando Collor procurou Mário Covas e fez a mesma oferta, ajoelhando-se, sendo que, nesse caso, propôs mais: queria que Covas fosse candidato a Presidente, e ele, a vice. Eu olhava para ele e dizia: "Esse rapaz, coitado, é uma criança ingênua." Na verdade, o ingênuo era eu, porque, passados seis meses, ele seria Presidente da República.

Então, naquela oportunidade da entrevista, eu disse: "Creio que hoje" – depois das eleições – "há dois candidatos: Covas e Itamar". O Covas – não se falava na doença – tem mais vantagem que o Ita-

mar, porque já foi Governador por quatro anos e conhece as dificuldades, o que ele tinha que arrumar na casa, já arrumou e, agora, ele vai caminhar para frente. O Itamar pega Minas Gerais com uma enormidade de problemas e vai ter que colocar resolver esses problemas.

Quatro meses depois, fui convidado a ir ao programa do Jô Soares. Ele reproduziu ali o Programa *Roda Viva* do qual participei e me perguntou: "E agora quais são os candidatos que V. Ex^a acha?" Eu disse: "Veja como a vida muda. Hoje, temos que respeitar o Covas, ele tem um problema de saúde – e naquela altura parecia um problema grave; graças a Deus parece que está recuperado, que está totalmente recuperado, com uma garra enorme – mas, a essa altura, não dá para falar no nome do Covas, vamos respeitá-lo, vamos rezar, como estamos fazendo, para que dê tudo certo. O meu amigo Itamar Franco está numa operação imprevisível. Ele seguiu um rumo e não dá para dizer que ele é realmente um candidato certo e tranqüilo a Presidente da República."

Hoje, vejo um nome que está correndo e para o qual ninguém está ligando, que é o do Sr. Antonio Carlos. Ele está ali vibrando, na **TV Senado**, conversando com esse, com aquele, e ninguém leva muito a sério. "É lá do Nordeste, tem três pontes de safena, etc". Mas o que não se entende é que é muito mais perigoso para mim, que não tenho nenhuma ponte de safena, vir a ter problemas cardíacos amanhã, do que para quem já teve e está com elas inteirinhas. É imprevisível.

Quando ouvi o nosso querido Senador perguntando: "O que vai acontecer com o PPB? O PSDB vai lançar o Covas, o PFL já lançou o Sr. Antonio Carlos, o PMDB está ali" Mas, na verdade, estamos vivendo uma situação esdrúxula e impressionante.

E, dentro desse contexto, digo a V. Ex^a que, com a candidatura do Senador Antonio Carlos Magalhães, será diferente; ele vai dar uma característica a sua candidatura. Em relação ao Senhor Fernando Henrique, até hoje, nós não sabemos. Rezo para que o Fernando Henrique, Presidente da República, seja o sociólogo, de que gosto muito, ou seja o Ministro da Fazenda do Itamar Franco, de que também gosto muito. Não gosto do Fernando Henrique Presidente. Ele não conseguiu um ministro da fazenda como ele, por que, então, não escolheu um sociólogo como Itamar, que escolheu ele?

As coisas são realmente muito conturbadas e muito difíceis de prever. V. Ex^a está nessa posição, deveria ser eleito presidente do partido amanhã.

V. Ex^a era o homem para ser o presidente do partido e, no entanto, não entendo. Tenho muito carinho pelo Teo, mais pelo pai do que pelo filho. O filho é um belo rapaz, tenho muito carinho por ele, mas o pai foi um gênio, foi uma das figuras mais fantásticas da História do Brasil. O Teotônio Vilela foi um mártir, foi um herói. Quando os médicos disseram: "Você tem quatro cânceres, você não tem saída, você vai morrer. Pegue a sua mulher, vá para Paris, vá se divertir, vá se distrair. Podemos fazer com que esse seu final de vida seja confortável, sem sofrimento, sem dores. Vá passear." Ele pegou as muletas e a cadeira de rodas e percorreu o Brasil inteiro. Era um homem que hoje não existe igual.

O PSDB – estou dando palpite onde não devia – creio que tem dois candidatos: o Covas, que penso que não deve ser, não deve se queimar, e V. Ex^a, que devia ser o candidato a Presidente do PSDB. Mas V. Ex^a, parece-me, é puro demais. V. Ex^a não foi jesuíta, não estudou em escola jesuíta, não tem aquela manha do Covas. V. Ex^a é um homem de esquerda que continua com suas idéias, mas está acreditando ainda na pureza da aliança que foi feita e nas coisas que podem acontecer.

Sinceramente, tenho carinho por V. Ex^a e, se eu estivesse na convenção do PSDB, teria dois candidatos: primeiro, Mário Covas; segundo, V. Ex^a. E ainda digo mais – perdoe-me o Sr. Antonio Carlos, que está aqui –, o Mário Covas seria o grande candidato à Presidência da República. Será bonita a disputa: Mário Covas de lá e Antonio Carlos de cá. Só que V. Ex^a vai ter que mudar o discurso, não poderá mais ser o da aliança do liberal com a socialdemocracia. O discurso de V. Ex^a vai mudar e V. Ex^a terá capacidade para mudar. Dentro desse contexto, Mário Covas é um grande candidato a Presidente da República e V. Ex^a é um grande candidato a Presidente do Partido.

Muito obrigado ao Sr. Antonio Carlos pela presença, que nos honra.

Agora, vou proferir meu pronunciamento.

Sr. Presidente, fico emocionado e honrado de falar sob a presidência de V. Ex^a, ainda que sejamos só nós dois. Que bom! Este Senado nunca teve uma unidade de espírito tão grande como a que estamos tendo agora, até sob o ponto de vista de raça. (Pausa.)

Vejo o Senador Luiz Otávio. Muito obrigado.

Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna para chamar atenção para um fato da maior gravidade que chegou a meu conhecimento. Trata-se da virtual paralisia em que está mergulhado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama, em virtude da falta de

regulamentação do decreto presidencial que determinou sua reestruturação. Tenho a convicção de que o ilustre e jovem Ministro Sarney Filho, uma das pessoas mais competentes, capazes e que está imbuída dos melhores propósitos, precisa que lhe demos força, para que esse fato não continue a acontecer.

Assinado em 1º de janeiro, o decreto previa a reorganização do Ibama em 120 dias, ou seja, até o final de abril. Como isso não ocorreu, aquela instituição está tecnicamente num vácuo legal. Pelas informações que me foram trazidas por funcionários, eles não podem, em função desse atraso, nem mesmo emitir um auto de infração ou requisitar um veículo para fazer uma diligência. Numa situação dessas, a ocorrência de um incêndio numa reserva pode se transformar numa imensa catástrofe.

Mas as minhas inquietações não se resumem ao atraso na reestruturação. Tenho várias outras dúvidas importantes sobre a reorganização em si. Na verdade, pelo que estou informado, a regulamentação do decreto pode estar sendo retardada a partir de um gabinete do Palácio do Planalto, mais exatamente da Casa Civil, por um motivo muito simples: a regulamentação prevê que os cargos da direção técnica do Ibama sejam ocupados por "servidores do quadro efetivo do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente)".

Ora, a indicação obrigatória de funcionários de carreira para as Diretorias de Conservação e Vida Silvestre, Controle Ambiental e de Gestão de Recursos Naturais significaria o fim das indicações políticas. Informaram-me, ainda, que o atraso na regulamentação estaria ocorrendo juntamente em virtude da pressão de lideranças regionais, que tradicionalmente penduram pessoas simpáticas a si, seus correligionários, nesses cargos.

Meu querido Presidente, pelo decreto de reestruturação do Ibama, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 1º de janeiro do corrente ano, serão extintas 200 das 330 unidades que o Ibama possui em todo o País, em uma hora – e. V. Ex^a é um dos que falam muito sobre o assunto – em que o mundo olha para a conservação e preservação do meio ambiente, no Brasil pretende-se extinguir 200 das 330 unidades que o Ibama possui em todo o País. Além disso, as 27 superintendências, uma em cada Capital, serão reduzidas a apenas sete: duas no Norte, duas no Sudeste, uma no Sul, uma no Nordeste e uma no Centro-Oeste.

Pelo que estive analisando, parece-me que o Ibama – um organismo destinado a proteger a fauna

e a flora – está se transformando em uma repartição urbana. Assim, extinto um grande número de postos avançados, os funcionários serão concentrados nas cidades maiores.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Ibama ficaria com apenas seis unidades, fechando vinte outros postos. Permaneceriam as unidades de Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria, Torres e Uruguaiana. Seriam extintas as de Bagé, Cachoeira, Camaquã, Canela, Cruzeiro do Sul, Jaguarão, Osório, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, Tramandaí, Vacaria, Ijuí, Ilópolis, Veranópolis e até mesmo na minha cidade natal, Caxias do Sul, além do escritório regional de Porto Alegre, que poderia ser fechado.

Na Região Sul, haverá apenas uma superintendência, que ainda não se sabe onde ficará, se em Porto Alegre, Curitiba ou Florianópolis. Em Santa Catarina serão extintas quatorze unidades, outras quinze deixarão de existir no Estado do Paraná.

A redução de postos não perdoou nem mesmo a Amazônia. Serão desativados nove postos no Amazonas; quatorze no Pará; quatro em Roraima, onde tivemos recentemente um incêndio de repercussão planetária.

Essa reestruturação está sendo feita em nome da racionalidade para dar maior agilidade operacional ao Ibama. Mas eu, com toda a sinceridade, temo que o seu resultado seja justamente o oposto, ficando aquele organismo ainda mais vulnerável diante da ganância dos que se beneficiam da fraqueza do Estado em defender seu meio ambiente.

Preocupa-me muito o fato de o Ibama vir a se transformar numa repartição urbana, ficando ainda mais distanciada do que já é das regiões selvagens, onde ocorrem a maioria dos crimes ambientais.

Além disso, essa reestruturação será uma operação muito cara. Estima-se que mais de 3.500 funcionários serão transferidos com suas respectivas famílias a um outro local de trabalho, a um custo médio de R\$7 mil por família. Ou seja, vai ser torrada nesta operação a bagatela de R\$25 milhões, sem falar na transferência de um cidadão que está acostumado a trabalhar, a cuidar do Parque do Itaimbeziño, que, de repente, vai ser transferido para cuidar do Parque da Foz do Iguaçu. Pessoalmente, duvido que essa caríssima reestruturação venha para melhorar os serviços. Vinte e cinco milhões de reais serão gastos apenas nessa operação.

Meu caro Presidente, o Brasil já é visto, mundialmente, como o grande vilão do meio ambiente. Apesar das denúncias freqüentes nos foros interna-

cionais sobre grandes queimadas, sobre o desmatamento sistemático para a coleta de madeiras nobres e sobre a caça predatória, a verdade é que o Brasil tem feito muito pouco ou quase nada para evitar esses problemas.

O Estado brasileiro, que é ineficiente para cuidar da saúde e da educação nas grandes cidades, parece ser ainda mais incompetente para tratar do seu meio ambiente. As denúncias se acumulam, e nada é feito.

Agora é o Ibama que está parado. O fato, é claro, serve apenas para patentear ainda mais o descuido das nossas autoridades para com as questões ecológicas.

Concluo este meu pronunciamento, meu caro Presidente, pedindo ao Poder Executivo, ao meu prezado amigo, brilhante, competente, Ministro Sarney, que o Ibama seja retirado do limbo legal em que hoje se encontra. Mas também gostaria que a extinção dos postos avançados fosse melhor avaliada, inclusive com a participação do Congresso Nacional.

Encerro, deixando algumas perguntas para a meditação dos Srs. Senadores: será que não estamos simplesmente debilitando ainda mais a estrutura de fiscalização e controle, que já era muito frágil?

Será que não estamos dando ainda mais municião para os organismos internacionais de defesa da vida selvagem, que nos bombardeiam com denúncias, na maior parte das vezes verdadeiras?

Por que temos que gastar, numa época de contenção de despesas, R\$25 milhões com uma operação cuja eficácia é, no mínimo, discutível?

Repare, Sr. Presidente, estamos vendo nesse mundo global, agora, alguns aspectos diferentes. A Otan, na Iugoslávia, a ONU, sob a pressão e coação dos Estados Unidos, a cada dia intervêm num local do mundo, sobre os mais variados pretextos. Na Iugoslávia, o pretexto é a questão das injustiças cometidas contra determinadas raças. Mas já se vê nos jornais que os países da Otan e os Estados Unidos já estão dividindo e sabendo com quem ficará o comando e a direção das posições estratégicas dos Bálcãs.

Quem não diz, Sr. Presidente, nesse mundo cruel, que não temos nem a bipolarização que tínhamos até pouco tempo na guerra fria entre Rússia e Estados Unidos, onde os Estados Unidos são o senhor absoluto e total, quem não diz que, amanhã, assim como eles tomam conta de outros setores, eles vão olhar para a Amazônia e dizer que ela é importante demais para ficar entregue a um Estado irresponsável, que não cuida do que tem.

Os norte-americanos já têm tropas de elite preparadas. Quando estive, tempos atrás, na cidade de Manaus, no Amazonas – onde existem tropas brasileiras que se prepararam para cuidar da Amazônia, percorrendo as selvas –, tomei conhecimento de que se vê do lado de lá, na Guiana, os americanos, onde criaram escola semelhante para tratar, para estudar, para penetrar na Amazônia.

Quem nos dá a garantia de que esses americanos, que têm uma história cruel no Panamá, no Alasca, no México com relação a aumentar seu poderio, sua vontade incomensurável de avançar gigantesca, não vão querer a Amazônia? Fala-se na diminuição, nas dificuldades atmosféricas, nas dificuldades que estamos vivendo no mundo, nas transformações da realidade do mundo. Quem nos garante que amanhã – numa decisão como a que tomaram de bombardear a Iugoslávia, uma embaixada da China, uma escola, alvos civis, os mais brutais e impreensíveis ataques – essa gente não vá dizer que o mundo está ficando muito difícil, que a falta de água potável já é uma realidade – já se diz que no próximo século a água potável vai valer mais do que o petróleo – as coisas estão incomensuravelmente dramáticas. O Brasil não pode cuidar disso. Isso deve ser cuidado por tropas internacionais, por tropas americanas.

Num momento como este, numa situação como esta, por meio de uma portaria, de uma resolução interna, esvaziar o Ibama, como estão querendo... Com toda sinceridade, essa matéria deve ser estudada com mais profundidade. O Ministro Sarney Filho deve analisar esse assunto com mais profundidade. Sr. Presidente, essa matéria deve passar pelo Congresso Nacional.

Mais uma vez, é uma grande honra falar sob a presidência de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Otávio (PPB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (PPB – PA) – Primeiramente, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, em que expressa a sua preocupação com a nossa região, com a Região Amazônica. Quero dizer que realmente há algo estranho. Alguma coisa está acontecendo, e ainda não se percebe a sua finalidade. Essa mudança na estrutura do Ibama nos causa muita preocupação, porque, além desses aspectos apresentados por V. Ex^a, há, naquela região, grandes e graves problemas, como as queimadas cita-

das em seu pronunciamento. Também há esse problema sério referente à Companhia Vale do Rio Doce em quase a maioria do território amazônico. Também há a questão dos garimpeiros, que é muito séria, e a questão dos índios. E, agora, há o Movimento dos Sem-Terra, que, realmente, é muito expressivo; inclusive, há conflitos e mortes na região que nos preocupam muito. O Ibama é um órgão que é imprescindível para nós, na Amazônia. De maneira nenhuma, vamos apoiar uma medida que está sendo feita, com certeza, sem o conhecimento da Amazônia. Realmente, isso é de praxe. As pessoas, em seus gabinetes com ar-condicionado, resolvem modificar totalmente um órgão tão importante como esse e, assim, queriam fazer também com o INSS e com os órgãos de desenvolvimento da nossa região. A Sudam foi totalmente modificada, e, hoje, está aí o resultado: graves problemas. Associo-me ao pronunciamento de V. Ex^a. Tenho certeza de que não só eu, como também toda a Bancada Federal da Amazônia estará apoiando V. Ex^a com esse intento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a. O conselho que eu daria à Bancada da Amazônia e a todos nós é o de que falássemos com o Ministro Sarney Filho e nos dirigíssemos à Chefia da Casa Civil. Esse projeto está na gaveta, mas, a qualquer momento, poderá ser dela retirado. E, justamente por esse projeto estar na gaveta e ter sido reestruturado, o Ibama está parado, com suas mãos e seus pés atados. Alguma coisa deveria ser feita exatamente nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A Mesa e a eventual Presidência agradecem a gentileza das palavras de V. Ex^a para com este eventual titular, palavras estas até comoventes, sempre saídas da sinceridade de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso da palavra nesta manhã para fazer registro de dois projetos de lei que apresentamos nos últimos dias, fazendo eco a uma grande preocupação brasileira: o crescimento assustador da criminalidade, principalmente nos grandes centros urbanizados.

A violência histórica, na modernidade, avulta, preocupando as famílias brasileiras, atormentadas pelo crime constante e presente em todos os momentos, no dia-a-dia.

É evidente que os governos são responsáveis por políticas públicas que contenham o crescimento da criminalidade. Muitos deles, preocupados com a realidade social, arquitetam planos de segurança pública, procurando minimizar os problemas decorrentes da violência.

No legislativo, cabe-nos também buscar alternativas que possam desestimular a criminalidade por meio da lei. O seqüestro, no Brasil, ganha notoriedade especialmente porque seqüestradores, nos últimos dias, nos últimos meses, buscaram atingir famílias de astros da música. E é claro que isso populariza, de forma impressionante, o crime do seqüestro.

Diante desse fato – sei que outros parlamentares também já apresentaram propostas com o objetivo de desestimular o crime do seqüestro –, nós, da mesma forma, estamos apresentando um projeto que busca inspiração na legislação italiana e pretende tornar indisponíveis os bens dos seqüestrados e dos seus familiares mais próximos. É evidente que o projeto quer representar um aviso a marginais, a criminosos seqüestradores, de que, na verdade, o seqüestro não renderá uma fortuna. O objetivo é desestimular, portanto, o crime hediondo do seqüestro, já que os bens se tornariam indisponíveis.

E, de outro lado, a lei procura proteger o denunciante, a testemunha, que colabora com a polícia na elucidação desses crimes. O nome da testemunha não figuraria mais no inquérito. Em lugar do seu nome, seria colocado um número ou um código. O nome figuraria apenas, sigilosamente, no cartório do crime, dando-se, assim, proteção à figura da testemunha, que não pode ser vítima da sanha criminosa de marginais que, provavelmente, buscariam vingança num futuro próximo. Há também uma preocupação com aqueles que colaboram com a polícia na elucidação desses crimes.

Um outro item dessa proposta procura também impedir que os seqüestradores alcancem seus objetivos de obter o resgate, estabelecendo punição para aqueles que entregarem o resgate solicitado pelos criminosos. A punição seria de um a quatro anos de detenção para aqueles que entregassem os recursos requisitados pelos seqüestradores na forma de resgate.

Uma outra proposta que estamos apresentando diz respeito à pena máxima vigente. Como todos nós sabemos, no Brasil, não há pena de morte; embora – especialmente por intermédio dos veículos de comunicação de massa, notadamente a televisão, em programas eminentemente de cunho popular – a pena de morte seja defendida ostensivamente aqui.

Mas é claro que essa punição não seria uma solução para o nosso País, como – creio – não é solução em país algum.

Também não há a hipótese da prisão perpétua no Brasil, já que uma das cláusulas pétreas da Constituição impede que se institua no nosso País essa pena. Na verdade, o que há é uma espécie de impunidade parcial, já que a pena máxima estabelecida pela legislação é de 30 anos para os responsáveis por crimes hediondos, por crimes violentos. E, como há a dedução da pena para o bom comportamento, muitas vezes criminosos violentos, que praticaram crimes hediondos, acabam libertados bem antes de se completar a pena máxima de 30 anos.

A providência que estamos sugerindo ao Congresso Nacional é elevarmos de 30 para 60 anos a pena máxima prevista para autores de crimes violentos, de crimes hediondos no Brasil. A nossa expectativa, com essa propositura, é exatamente desestimular o crime, já que ao legislador compete, encarando a realidade social, legislar de forma a compatibilizar os interesses da sociedade com as possibilidades do Estado.

Essa proposta, é claro, já mereceu algumas críticas, e uma delas de um ilustre advogado paranaense, de que o nosso sistema penitenciário está falido e, portanto, é uma má lei esta que pretende aumentar a pena máxima para os autores de crimes hediondos no País. Parece-me que essa afirmativa não faz justiça à inteligência desse ilustre bacharel, porque, evidentemente, se partirmos de uma afirmativa dessa natureza, teremos que libertar todos os presos no País, porque o nosso sistema penitenciário está falido.

Ora, cabe ao Estado brasileiro, ao contrário do que propõe esse advogado, ao invés de libertarmos os presos das nossas penitenciárias, melhorar as condições do nosso sistema penitenciário.

Até posso afirmar aqui, em que pese o fato de não ser o ideal, o sistema penitenciário do Paraná é, sem dúvida, senão o mais adequado do País, um dos melhores do Brasil, mas evidentemente ainda muito aquém daquilo que se deseja como sistema penitenciário.

O nosso propósito hoje nesta tribuna é comunicar à Casa a apresentação dessas propostas e mais uma vez, como tenho feito sempre, pedir agilização na tramitação, já que o processo legislativo é lento, tem sido muito lento e tem inclusive desestimulado os parlamentares na apresentação de propostas que interessam à população brasileira. Precisamos também promover uma reforma no Poder Legislativo para que ele se torne mais ágil.

Sr. Presidente, dentro de alguns dias, proporei algumas mudanças também no Poder Legislativo. Nós, que estamos aqui defendendo a reforma dos outros Poderes, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, para que possamos atuar com autoridade na proposta de mudança dos outros Poderes, de reforma dos mesmos, evidentemente precisamos começar reformando também o nosso – o Poder Legislativo.

O Brasil, repito, é um País carente de organização. Eu diria que somos um País desorganizado. As nossas estruturas estão envelhecidas, superadas, a sociedade avança mais do que o Estado brasileiro, e é claro que a grande aspiração nacional por reformas deve encontrar no Poder Legislativo uma atuação competente, inteligente e eficaz. Daí a necessidade também de mudarmos os procedimentos no Poder Legislativo, promovendo uma reforma que permita a tramitação sempre mais rápida, oferecendo resposta sempre de forma mais ágil às aspirações da nossa sociedade.

Ao tempo em que solicito agilidade na tramitação desses projetos, sem grande esperança de que isso ocorra, defendo a reforma do Poder Legislativo e quero contribuir, brevemente apresentando propostas que possam significar algum tipo de mudança, a fim de que realmente as aspirações da sociedade sejam transformadas em projetos reais de futuro para nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 0953 – PFL/99

Brasília, 12 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Paulo Braga como membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OF. Nº 193/99 – GLPFL

Brasília, 13 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência sejam feitas as seguintes alterações na com-

posição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

- substituição do Senador Jonas Pinheiro, licenciado, pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, como titular;
- indicação do Senador Djalma Bessa para ocupar a vaga de suplente.

Cordialmente, Senador **Edison Lobão**, Líder do PFL, em exercício.

OFÍCIO Nº 494/99

Brasília, 13 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Robério Araújo, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Jofran Frejat.

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 521/99

Brasília, 6 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ary Kara como titular, e o Deputado Almir Sá como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.820-1, de 5 de maio de 1999 (convalida a MP nº 1.820/99), que "Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985." (Em substituição aos anteriormente indicados).

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 523/99

Brasília, 7 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Pedro Corrêa como titular e Alcione Athayde como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.822, de 22 de abril de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito extraordinário no valor de R\$120.142.089,00,

para os fins que especifica". (Em substituição aos anteriormente indicados.)

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 524/99

Brasília, 8 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Simão Sessim como titular e Eliseu Moura como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.823, de 29 de abril de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito extraordinário no valor de R\$120.142.089,00, para os fins que especifica". (Em substituição aos anteriormente indicados.)

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 525/99

Brasília, 8 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Enivaldo Ribeiro como titular e Eurico Miranda como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.824, de 30 de abril de 1999, que "Dispõe sobre os reajustes do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1999 e os benefícios mantidos pela Previdência Social a partir de 1º de junho de 1999". (Em substituição aos anteriormente indicados.)

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 526/99

Brasília, 10 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Luiz Fernando como titular em substituição ao anteriormente indicado, e Eliseu Moura como suplente para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.749-39, de 6 de maio de 1999 (convalida a MP nº 1.749-38/99), que "Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 527/99

Brasília, 6 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Antônio Joaquim Araújo como titular e Augusto Nardes como suplente, em substituição ao anteriormente indicado para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.753-18, de 6 de maio de 1999 (convalida a MP nº 1.753-17/99), que "altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências".

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 528/99

Brasília, 11 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Luis Carlos Heinze como titular e Jonival Lucas Júnior como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.764-36 de 6 de maio de 1999 (convalida a MP nº 1.764-35/99), que "Altera dispositivos das Leis nºs 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 8.427, de 27 de maio de 1992, e 9.126, de 10 de novembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural; sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; autoriza o Poder Executivo a renegociar as obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF, vencidas e prorrogadas a partir de 1991, e a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais e com recursos das Operações Oficiais de Crédito".

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 529

Brasília, 11 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Carlos Cury como titular e Nelson Meurer como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.809-3, de 6 de maio de 1999 (convalida a MP nº 1.809-2/99), que "autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências". (Em substituição aos anteriormente indicados).

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 530/99

Brasília, 11 de maio de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Fetter Júnior como titular e Almir Sá como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.810-3, de 6 de maio de 1999 (convalida a MP 1.810-2/99), que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$300.000.000,00, para os fins que especifica". (Em substituição aos anteriormente indicados).

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 533/99

Brasília, 11 de maio 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Almir Sá como titular e Márcio Reinaldo Moreira como suplente, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.821-1, de 6 de maio de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito extraordinário no valor de R\$3.200.000,00, para os fins que especifica". (Em substituição aos anteriormente indicados).

Atenciosamente – Deputado **Odelmo Leão** – Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Serão feitas as alterações solicitadas.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 337, DE 1999**

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, remunerando-se o atual § 2º como § 3º:

"Art. 14.

§ 1º

§ 2º Salvo motivo escusável ou de força maior, plenamente justificado e assim reconhecido por decisão judicial, os profissionais formados em instituições públicas gratuitas devem aceitar nomeações judiciais, em número anual não superior a três, no prazo de cinco anos a contar da data de conclusão do curso, para elaboração de perícias quando o ônus da prova couber a beneficiários da assistência judiciária.

§ 3º "(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embora a Lei nº 8.455, de 24 de agosto de 1992, tenha otimizado sensivelmente a produção da prova pericial em juízo, persistem dificuldades quando se trata de parte que receba os benefícios da assistência judiciária.

Note-se que a regra geral estabelece que ao interessado cumpre antecipar as despesas e honorários do perito nomeado (art. 19 do Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973). Todavia, lei específica regula o benefício da assistência judiciária, que, no entanto, não resolve, plenamente, determinadas lacunas de ordem operacional, para que haja efetivo funcionamento da justiça gratuita.

Uma das dificuldades que atingem os que precisam de assistência judiciária reside na questão relacionada aos honorários periciais. A Lei nº 1.060,

de 5 de fevereiro de 1950, que trata da matéria, não suplanta essa dificuldade, pois não define, expressamente, o dever de o Estado pagar honorários de perito. É recorrente a jurisprudência reconhecendo o dever de o Estado prover a remuneração do perito e que este não está, portanto, obrigado a arcar com as despesas da perícia. O Superior Tribunal de Justiça (RMS 6.924, 4ª Turma) reconhece que além de o perito não estar obrigado a arcar com os custos da perícia, esta só pode ser efetivada após o pagamento das despesas, as quais, por serem de ordem pública, devem obedecer ao regime de precatórios.

Assim, dificilmente os peritos nomeados se propõem a realizar esse tipo de trabalho. Não aceitam tal condicionamento porque:

a) somente perceberiam remuneração pelos serviços periciais realizados se o assistido fosse o vencedor da demanda. Então, se o assistido sucumbir na demanda, o perito não irá perceber honorários, embora tenha prestado seus serviços profissionais;

b) o tempo de tramitação dos processos é longo, podendo perdurar por muitos anos, o que torna a eventual remuneração desestimulante;

c) dificilmente um perito nomeado, que preste um serviço atual, se proporá a aguardar a satisfação pelos honorários, por tempo indeterminado e incerto e, ainda, sem a segurança de que irá efetivamente recebê-los.

A consequência disso é que os menos afortunados são prejudicados processualmente, quando lhes cabe o ônus da comprovação de fatos que dependam da realização de perícias. As constantes recusas dos profissionais às nomeações para a realização de perícias retardam sobremaneira a tramitação dos processos de interesse de assistidos judicialmente. O sistema atual, na realidade, inibe o acesso à justiça aos cidadãos de menor poder aquisitivo.

Transparece razoável a necessidade de se impor aos profissionais, oriundos de formação recebida gratuitamente das universidades públicas do país, o dever jurídico de prestarem seus serviços de forma gratuita à sociedade em geral e, em particular, aos menos afortunados. Se o Estado lhes concedeu a oportunidade de formação profissional, é natural que devam retribuição social por esse benefício. Assim, os profissionais formados a partir da transformação deste projeto em norma jurídica já entrariam na universidade sabedores do dever que a lei lhes impõe.

Convém que se estabeleça, também, um limite para a aceitação de nomeações, de modo que não se verifique sobrecarga com os trabalhos periciais

gratuitos. O projeto limita às nomeações a três e estabelece um prazo de cinco anos para que o profissional retribua com seu trabalho o benefício do ensino universitário gratuito.

A sanção para o descumprimento desse dever cívico importará na aplicação da sanção já prevista pelo parágrafo único do art. 424 do Código de Processo Civil (comunicação da ocorrência à corporação profissional respectiva e imposição de multa pelo juiz, em montante que obedeça aos critérios ali estabelecidos).

Tendo em vista as considerações apresentadas, fica patente o alcance social do presente Projeto de Lei, para cuja aprovação contamos com o apoio dos nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1999. – Senador **Álvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.060 DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950

Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Art. 14. Os advogados indicados pela assistência ou nomeados pelo Juiz serão obrigados, salvo justo motivo, a critério do Juiz, a patrocinar as causas dos necessitados, sob pena de multa de Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338 DE 1999 – COMPLEMENTAR

Institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI, do art. 192, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Princípios Gerais

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural, com a participação dos Governos Federal, Estaduais, Municipais, sociedades por ações, cooperativas, associações e sociedades de produtores rurais:

§ 1º O Seguro Rural será regido por essa lei e, complementarmente, pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e demais normas legais pertinentes ao Sistema Nacional de Seguro Privado, que regulem as operações de seguro e resseguros.

§ 2º Compete aos partícipes do Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural incentivar a formação de cooperativas de seguro agrário.

Art. 2º São modalidades de seguro rural;

I – seguro agrícola;

II – seguro pecuário;

III – seguro de bens, equipamentos, benfeitorias e produtos agropecuários;

IV – seguro de crédito para comercialização de produtos agropecuários;

V – seguro temporário de vida dos produtores rurais.

Art. 3º Para efeitos desta lei, são adotadas as seguintes definições:

I – seguro rural – seguro privado que abrange todas as modalidades contidas no art. 2º desta lei;

II – seguro agrícola – cobre as explorações agrícolas contra perdas decorrentes de fenômenos meteorológicos, doenças e pragas;

III – seguro pecuário – garante indenização por morte de animais, em consequência de acidentes e doenças;

IV – seguro de benfeitorias e produtos agropecuários – garante construções, instalações ou equipamentos fixos, safra removidas do campo de colheita, produtos pecuários, veículos rurais mistos ou de carga, máquinas agrícolas e seus implementos;

V – seguro de crédito para comercialização de produtos agropecuários – prevê coberturas das perdas líquidas do segurado (instituição financeira);

VI – seguro temporário de vida – garante liquidação do saldo devedor financiado em decorrência de operações de crédito rural ou de compra de terras para colonização própria no caso da morte do produtor rural.

Art. 4º São objetos da cobertura do seguro rural:

I – custeio das culturas permanentes e temporárias;

II – animais de utilização econômica, inclusive fetos e embriões;

III – equipamentos e instalações necessárias para a produção agropecuária;

IV – veículos utilitários;

V – florestas cultivadas e aquelas cadastradas como de preservação ambiental;

VI – obras de conservação do solo;

VII – material genético;

VIII – obras de conservação, captação e utilização dos recursos hídricos;

IX – produtos e insumos armazenados na propriedade cooperativas e empresas de armazenagem;

X – vida, quando no exercício de atividade agropecuária.

Art. 5º Os riscos cobertos pelo seguro rural são:

I – incêndio e raio;

II – pragas e doenças;

III – tromba d'água, ventos fortes, ventos frios, granizo, chuva excessiva, seca e geada.

Art. 6º O seguro rural não cobrirá prejuízos causados direta e indiretamente por:

I – catástrofes, assim considerados os terremotos, maremotos, ciclones, erupções vulcânicas e qualquer cataclismo da natureza, em geral;

II – ensaios e experimentos de qualquer natureza;

III – atos ilícitos, negligências, culpa ou dolo do segurado ou de seus prepostos;

IV – atos de autoridades públicas, salvo para evitar propagação dos riscos cobertos pelo próprio seguro;

V – atos de guerra, invasão, insurreição, revolução, motins, tumultos e riscos congêneros e/ou conseqüentes;

VI – perdas causadas por, ou resultante de, ou para as quais tenham contribuído, radiação ionizantes, quaisquer contaminações por radioatividade e efeitos primários e secundários da combustão de quaisquer materiais nucleares;

VII – depreciação do valor comercial do produto colhido, lucros cessantes ou danos emergentes.

Art. 7º Além dos riscos excluídos previstos no art. 6º o seguro não cobrirá prejuízos quando a atividade agrícola for conduzida:

I – em áreas de proteção ambiental ou locais ecologicamente inadequados;

II – em áreas onde tenham ocorrido sinistros indenizáveis, pela mesma causa, durante cinco safras consecutivas;

III – em propriedade que não adotem técnicas de conservação do solo, da água e do ecossistema nativo;

IV – em desacordo com as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural.

Art. 8º As empresas seguradoras, públicas ou privadas, autorizadas na forma da legislação em vigor, poderão operar o seguro rural.

Parágrafo único. O seguro de penhor rural será obrigatoriamente atribuído às seguradoras que operarem o seguro agrícola.

Art. 9º O seguro rural será:

I – obrigatório, nas operações de crédito rural de custeio e investimento;

II – facultativo, nas lavouras conduzidas com recursos próprios do produtor.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos decisórios, nacional e estaduais, tornar obrigatório o seguro de determinadas culturas agrícolas em atendimento às diretrizes de política agrícola.

Art. 10. As operações de cosseguros, resseguros e retrocessão de seguros obedecerão às normas legais vigentes.

CAPÍTULO II

Da Estrutura do Programa

Art. 11. O seguro rural será coordenado e fiscalizado por uma Comissão Federal Permanente quando da regulamentação desta lei, cumulativamente e sem prejuízo das determinações legais que regem o seguro privado.

Art. 12. Compete aos Estados e Municípios, sempre que solicitados fornecer às entidades intermediárias, ou às seguradoras que operem o seguro rural, as informações e recomendações técnicas necessárias à implementação e desenvolvimento do seguro rural em seus territórios.

Parágrafo único. As seguradoras e aos órgãos públicos do setor rural não é permitida a comercialização das informações referentes à produtividade, ocorrência de sinistros e nível tecnológico das culturas seguradas.

CAPÍTULO III

Do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural

Art. 13. O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, garantirá a estabilidade das operações e tenderá às coberturas suplementares, em especial nos casos de sinistros generalizados.

Art. 14. O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural será constituído:

I – dos excedentes do máximo admissível tecnicamente como lucro nas operações de seguros rurais, seus resseguros e suas retrocessões, segundo os limites a serem fixados pelo órgão fiscalizador competente;

II – da parte dos rendimentos provenientes da aplicação das reservas técnicas das Sociedades Se-

guradoras, feita conforme as diretrizes do Conselho Monetário Nacional;

III – de percentual do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras a ser determinado pelo Conselho Monetário Nacional, nas apólices de seguro emitidas no Brasil

Parágrafo único. É vedada a destinação dos recursos do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural para quaisquer outras atividades que não guardem relação com o seguro rural.

Art. 15. Na ocorrência de sinistros generalizados, os recursos disponíveis serão rateados entre o segurados até o limite máximo de oitenta por cento das importâncias seguradas.

CAPÍTULO IV Das Disposições Gerais

Art. 16. É obrigação do segurado provar satisfatoriamente a ocorrência do sinistro, permitindo à Seguradora o acesso à propriedade e às informações por esta requisitadas, assistindo, pessoalmente ou através de representante credenciado, as inspeções que forem julgadas necessárias.

Art. 17. A obrigação de pagamento do prêmio pelo segurado vigorará a partir do dia previsto na apólice, ficando, suspensa a cobertura do seguro até o pagamento do prêmio e demais encargos.

Art. 18. As apólices de seguro rural não conterão cláusula que permita a rescisão unilateral dos contratos de seguro ou que, por qualquer modo, subtraia sua eficiência e validade, exceto nas situações previstas em lei.

Art. 19. Fica proibida a realização de mais de um seguro rural cobrindo o mesmo objeto ou interesse, exceto nos casos de seguro pessoal.

Art. 20. O Ministro da Agricultura e do Abastecimento convocará Comissão Especial composta por representantes do próprio Ministério, do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), da Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP), do Banco do Brasil e de representantes de seguradoras que operem com seguro rural, com a finalidade de regulamentá-la, no prazo de até cento e vinte dias após a publicação desta lei.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O seguro rural, conforme o inciso V do art. 187 do Capítulo II – da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária – da Constituição Federal, é considerado instrumento de política agrícola. Também, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a chamada Lei Agrícola, em seu art. 56, Capítulo XV, institui o seguro agrícola para as seguintes finalidades:

I – cobrir prejuízos decorrentes de sinistros que atinjam bens fixos e semifixos ou semoventes;

II – cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos naturais, pragas, doenças e outros que atinjam plantações;

Parágrafo único. As atividades florestais e pesqueiras serão amparadas pelo seguro agrícola previsto nesta lei.

Ainda na mesma lei, em seu art. 58, fica estabelecido que a apólice de seguro agrícola poderá constituir garantia nas operações de crédito rural. A menção do seguro rural, tanto na Constituição quanto na Lei Agrícola, caracteriza essa modalidade de seguro como instrumento de política agrícola e, conseqüentemente, reconhece seu caráter eminentemente social.

O seguro rural, como todas as modalidades de seguro no País, está regido pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre as operações de seguro e resseguros e dá outras providências e pelo Decreto-Lei nº 60.459, de 13 de março de 1967, que o regulamenta.

Sobre o seguro rural, o Decreto-Lei nº 73/66, em seu art. 15, considera que, a critério do CNSP, o Governo Federal poderá assumir riscos catastróficos e excepcionais por intermédio do IRB, desde que interessem à economia e segurança do País. Em seu art. 16, cria "o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, com a finalidade de garantir a estabilidade dessas operações a atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe. Prevê ainda que o Fundo será administrado pelo IRB e seus recursos aplicados segundo o estabelecido pelo CNSP.

O art. 17. do decreto acima mencionado determina que o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural será constituído: a) dos excedentes do máximo admissível tecnicamente como lucro nas operações de seguros de crédito rural, seus resseguros e suas retrocessões, segundo os limites fixados pelo CNSP; b) dos recursos previstos no art. 28 deste decreto-lei; c) por dotações orçamentárias anuais, durante dez anos, a partir do presente decreto-lei, mediante o critério especial necessário para cobrir a deficiência operacional do exercício anterior.

O art. 18. do decreto em análise determina que as instituições financeiras do sistema nacional de Crédito Rural enumeradas no art. 7º da Lei nº 4.829, de 5-11-65, que concederem financiamento à agricultura e à pecuária, promoverão os contratos de financiamento e de seguro rural concomitante e automaticamente enquanto o art. 19 dispõe que as operações de Seguro Rural gozam de isenção tributária irrestrita de quaisquer impostos ou tributos federais.

Assim, a atuação do seguro agrícola, como todos os demais seguros, está subordinada à fiscalização da Susep – Superintendência Nacional de Seguros Privados, responsável por essa atividade junto às seguradoras que atuam no Brasil. Entretanto, o seguro rural, devido à ocasional amplitude dos sinistros, é uma modalidade de seguro que, na maioria das vezes, apresenta-se deficitário ou, quando muito, equilibrado em relação às suas receitas e despesas. Daí a importância vital do Fundo de Estabilidade do Seguro Agrícola e da garantia de apoio por parte do governo federal.

Como exemplo da importância desse Fundo, ao final de 1995, o cancelamento de uma fonte de receita do Fundo (o depósito da corretagem dos seguros efetuados por órgãos públicos), motivado pela interpretação do IRB e Procuradoria Geral da República da Lei nº 8.666/93, a chamada Lei das Licitações, praticamente inviabilizou o seguro no médio prazo, reduzindo, conforme informações do IRB, que administra o Fundo, o montante de recursos aos níveis mais baixos já observados. Daí ser esta uma das razões pelas quais julgamos necessário rever a situação do seguro agrícola no País.

Esse Fundo foi, aliás, extinto em 1990; em decorrência do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Entretanto, por força do art. 6º⁽¹⁾ da Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, o referido Fundo foi recriado em sua forma original, até que fosse regulamentado o art. 165, § 9º, da Constituição Federal, o que, até o momento, não ocorreu.

¹ Art. 6º São recriados temporariamente, no período abrangido por esta lei, todos os fundos, constantes dos Orçamentos da União para 1990 e 1991, extintos nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mantidas suas denominações e respectiva legislação em vigor na data de sua extinção.

§ 1º Os fundos recriados nos termos deste artigo serão extintos ao final do primeiro exercício financeiro subsequente à publicação da lei complementar de que trata o art. 165, § 9º, da Constituição Federal, caso não tenham sido ratificados pelo Congresso Nacional, através de lei, até o final do sexto mês anterior ao prazo de extinção estabelecido neste parágrafo.

§ 2º No prazo de três meses após a publicação da lei complementar de que trata o art. 165, § 9º, da Constituição Federal, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei para tramitação em regime de urgência, definindo:

I – todos os fundos a serem ratificados, bem como as alterações que se fizerem necessárias em sua legislação, tendo em vista a adequação à lei complementar de que trata este artigo;

II – todos os fundos que serão extintos nos termos deste artigo;

III – a destinação do patrimônio e dos recursos remanescentes dos fundos após sua extinção.

Do exposto, é possível constatar que, embora a legislação atual permita às empresas brasileiras operar com seguro agrícola, tal não ocorreu, exceção feita ao seguro agrícola da Cosesp, em São Paulo. Tal situação é decorrente das próprias caracte-

terísticas do seguro agrícola, tais como a pouca lucratividade e o alto risco envolvido. Outra característica importante para entender a especificidade desta modalidade de seguro está na necessidade de cálculos de perda com base em zoneamento agrícola e indicações da pesquisa agrícola, muito distintos dos cálculos atuariais utilizados em outras modalidades de seguro.

Também a necessidade de dispor de ampla rede de suporte técnico para efetuar as vistorias, geralmente espalhadas em grandes áreas, com a ocorrência de muitos eventos simultâneos e em curto espaço de tempo, onera e dificulta o estabelecimento do seguro agrícola. O fato dos sinistros ocorrerem de forma generalizada e simultânea, além do caráter social que caracteriza esta modalidade de seguro, obriga os governos a atuarem no seguro agrícola de forma distinta da adotada para outras modalidades de seguro.

O projeto de lei em análise, mesmo reconhecendo a existência de legislação e de normas que permitem o funcionamento do seguro rural do País, considera que esse instrumento de política agrícola transcende a esfera puramente econômica e que deve ser dotado de legislação própria, capaz de atender não apenas suas necessidades imediatas, mas também possibilitar a expansão dessa modalidade de seguro para todos os Estados da Federação.

Considerando que a alternativa ao subsídio governamental é a universalização do seguro e que a obrigatoriedade proporciona taxas mais acessíveis ao agricultor e viabilidade econômica à companhia seguradora, propomos que as operações de seguro estejam vinculadas automaticamente quando da concessão do crédito rural. Ainda, dentro da ótica compensatória, o seguro do penhor rural constitui modalidade bastante lucrativa, razão pela qual julgamos importante que seja operado pelas empresas que operam o seguro rural, em proporcionalidade a ser decidida tecnicamente, pelo IRB e pelo Conselho Federal Permanente.

Também, com a finalidade de manter o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural sem a necessidade de aportes ocasionais e expressivos de recursos orçamentários, assegurando a independência e a continuidade dessa modalidade de seguro, julgamos por bem instaurar uma pequena contribuição percentual do IOF sobre os seguros realizados no Brasil, a ser estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. A existência de um fundo administrado pelas entidades seguradoras permitiria às empresas operarem no seguro agrícola sem dependerem da eventual disponibilidade de recursos orçamentários para atender situações de catástrofe generalizadas.

Lembramos ainda que o projeto ora apresentado incorporou essa importante modificação em relação ao apresentado em 1995 – de nº 295, Complementar, infelizmente arquivado ao fim da última Le-

gislatura —, de modo a adequá-lo às alterações experimentadas no período, especialmente no que se refere à composição do Fundo de Emergência, muito afetado pela perda dos recursos das corretagens nos seguros de órgãos públicos, conforme anteriormente explicado.

Louvamos, nesta oportunidade, o trabalho de pesquisa desenvolvido pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, em especial o atribuído à Consultora Heloísa Tartarotti, do qual resultou o texto da presente proposição. Para alcançar os objetivos visados pelo projeto, renovaram-se os contatos técnicos com autoridades do Banco Central, do IRB Brasil Resseguros e do Proagro. E, para atender as exigências da Lei Complementar nº 95/98, foi consultada a seguinte Legislação:

Decreto nº 63.670, de 21 de novembro de 1968

Decreto nº 66.656, de 3 de junho de 1970

Decreto-Lei nº 296, de 28 de fevereiro de 1967

Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998

Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991

Lei nº 8.127, de 20 de dezembro de 1990

Decreto nº 94.110, de 18 de março de 1987

Decreto nº 605, de 17 de julho de 1992

Decreto nº 93.871, de 23 de dezembro de 1986

Decreto nº 61.587, de 20 de outubro de 1967

Decreto nº 168, de 14 de fevereiro de 1967

Medida Provisória nº 1.805, de 28 de janeiro de 1999

Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970

Lei nº 5.710, de 7 de outubro de 1971

Decreto-Lei nº 1.115, de 24 de julho de 1970

Decreto-Lei nº 826, de 5 de setembro de 1969

Decreto nº 81.568, de 18 de abril de 1978

Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Nestes termos, e lembrando a necessidade de prover o setor agrícola com instrumentos ágeis de proteção aos investimentos e renda dos agricultores, submetemos este projeto à apreciação dos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1999. — Senador **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto nº 63.670,

DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968

Dá nova redação ao art. 120 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e reabre prazo para habilitação de corretores de seguro.

Decreto nº 66.656,
DE 3 DE JUNHO DE 1970

Dá nova redação ao art. 120 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967.

Decreto-Lei nº 296,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Lei nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Lei nº 8.374, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga e dá outras providências.

Lei nº 8.127, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1990

Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.056, de 28 de junho de 1990, e dá nova redação ao art. 33 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Decreto nº 94.110,
DE 18 DE MARÇO DE 1987

Altera a composição do Conselho Nacional de Seguros Privados e dá outras providências.

Decreto nº 605,
DE 17 DE JULHO DE 1992

Altera regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, dando nova redação aos arts. 8º e 58, inclui parágrafo único no art. 7º do Decreto nº 61.589, de 23 de outubro de 1967, e dá outras providências.

DECRETO Nº 93.871,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.459, de 13-3-67, dando nova redação aos arts. 7º e 16.

DECRETO Nº 61.587,
DE 20 DE OUTUBRO DE 1967

Altera a redação do art. 1º, caput, do Decreto nº 61.337, de 12 de setembro de 1967.

DECRETO-LEI Nº 168,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967

Retifica dispositivos do Decreto-Lei nº 73 (*), de 21 de novembro de 1966, no que tange a aspectos administrativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.805-4,
DE 28 DE JANEIRO DE 1999.

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências.

LEI Nº 5.627,
DE 1º DE DEZEMBRO DE 1970

Dispõe sobre capitais mínimos para as Sociedades Seguradoras e dá outras providências.

LEI Nº 5.710,
DE 7 DE OUTUBRO DE 1971

Dá nova redação ao art. 25 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, aos arts. 60 e 61 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e ao art. 69 do Decreto-Lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.115,
DE 24 DE JULHO DE 1970

Concede estímulos às fusões e às incorporações das Sociedades Seguradoras e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 826,
DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação à alínea j do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

DECRETO Nº 81.568,
DE 18 DE ABRIL DE 1978

Altera a composição e o quorum do Conselho Nacional de Seguros Privados e dá outras providências.

LEI Nº 6.194,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Ofício nº S/17, de 1999 (nº 1.533/99, na origem), de 13 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de Roraima para que seja autorizada a contratação de operação de crédito no valor de vinte e seis milhões de dólares, equivalentes a cinquenta e sete milhões e duzentos mil reais, a preços de 29 de janeiro de 1999, cujos recursos serão destinados à distribuição de energia elétrica.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Ofício nº S/18, de 1999 (nº 1.534/99, na origem), de 13 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (MG) para que seja autorizada a contratação de operação de crédito no valor de duzentos e quarenta e dois mil reais, a preços de 31 de outubro de 1998, destinada ao financiamento de estudos, projetos técnicos, execução de obras e construção de galpões industriais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Ofício nº S/19, de 1999 (nº 1.537/99, na origem), de 13 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Itaúna (MG) para que seja autorizada a contratação de operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDEURB administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, no valor de dois milhões e cem mil reais, a preços de 31 de outubro de 1998, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – A Presidência recebeu o Aviso nº 239, de 1999, de 7 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 188, de 1999, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia da Instrução Normativa nº 28, de 1999, sobre regras para a implementação da **homepage Contas Públicas**, de que trata a Lei nº 9.755, de 1998.

O expediente anexado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1998, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 53, de 1999 (MSF nº 99/99), que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até um bilhão e duzentos milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – O Sr. Senador Carlos Patrocínio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para elogiar o Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, pelo empenho que tem demonstrado em relação à aprovação urgente das normas que regulam o lixo ambiental constituído por pilhas e baterias usadas, frequentemente jogadas na natureza sem qualquer cuidado pelos usuários e fabricantes.

Desde que assumiu o Ministério o Ministro Sarney Filho tem manifestado grande preocupação em relação a esse assunto e em diversas ocasiões reiterou a sua disposição em disciplinar de vez a questão. Para tanto, determinou recentemente ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, priorida-

de absoluta na discussão, aprofundamento e aprovação rápida das normas fiscalizadoras do descarte e gerenciamento ambiental das pilhas e baterias usadas.

Finalmente, no dia 20 de abril último, a Comissão Técnica do Conama aprovou a primeira versão da resolução que trata do assunto, englobando todos os tipos de pilhas e baterias, incluindo também as indústrias automotivas, médico-hospitalares e de telefones celulares, cujos produtos contenham em sua composição metais tóxicos como mercúrio, cádmio e chumbo. Segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente, dentro de 30 dias haverá uma nova reunião e, desta vez, o plenário do Conselho deverá aprovar o texto final que dará ao Brasil uma legislação avançada em relação ao controle de materiais perigosos que são jogados fora sem qualquer cuidado.

Sr. Presidente, o problema dos materiais tóxicos jogados e abandonados no meio ambiente é muito grave, não só no Brasil mas em todo o mundo. São incontáveis os acidentes ocorridos, e o perigo iminente ameaça as pessoas. Foi assim com o Césio 137, abandonado irresponsavelmente em uma lata de lixo em Goiânia e que terminou em tragédia. Dezenas de pessoas que displicentemente manipularam o material, em pouco tempo, morreram de leucemia. Sem contar os que já morreram de câncer, nos resta lembrar ainda, com tristeza, dos que foram vitimados por outras doenças graves e dos que ainda hoje continuam a adoecer, depois de quase 13 anos do lamentável acontecimento.

Além dos perigos apresentados ao ser humano, esses materiais, depois da perda do poder energético, se deterioram, contaminam o lençol freático e comprometem perigosamente o desenvolvimento da flora e da fauna. Segundo o coordenador do grupo de trabalho de Pilhas e Baterias do Conama, Guilherme Alves Bruno, 11 toneladas de baterias de telefones celulares foram jogadas no lixo sem maiores preocupações dos seus usuários. Com a nova legislação em vigor, aquele que continuar jogando pilhas no lixo, será punido e enquadrado com base na Lei de Crimes Ambientais que é bastante severa.

É importante ressaltar que o Brasil será o primeiro País da América da Sul a contar com uma lei específica sobre esse assunto. Portanto, além do exemplo que estamos dando à América Latina e ao resto mundo, de respeito ao meio ambiente e de proteção à saúde e à vida, a legislação trará também benefícios importantes para os próprios produtores e consumidores desses produtos. Fixando critérios rígidos para o recolhimento das baterias e pilhas usadas, a legislação deverá recomendar aos fabricantes a sua reciclagem e incentivará igualmente o prolongamento da vida útil desses materiais, o que na certa representará uma boa economia para o bolso dos consumidores.

Apesar do esforço que o Governo Federal tem desenvolvido para uma boa ação em matéria de po-

lítica ambiental, devemos reconhecer que ainda existe muito pouca consciência social em relação ao respeito que deve ser dedicado ao meio ambiente. Para reforçar essa afirmação, infelizmente, devemos admitir que as atividades humanas continuam agressivas em todo o seu conjunto e o resultado é a inevitável degradação dos espaços rurais e urbanos. Em minha opinião, acima de tudo, é necessário aumentar a carga de informações sobre o respeito ao meio ambiente, sobre sua ligação com o desenvolvimento e com a qualidade de vida das pessoas. Só assim, teremos a esperança de que a sociedade poderá um dia assumir uma parte considerável das responsabilidades ambientais que é hoje quase totalmente enfrentada pelo Governo Federal. Portanto, é muito importante a participação dos indivíduos na discussão dos problemas e em suas soluções, porque só assim conseguiremos despertar em cada um o senso da responsabilidade e um maior engajamento em relação ao desenvolvimento sustentável.

Nós temos notado que o Ministério do Meio Ambiente tem procurado melhorar bastante os seus canais de divulgação e tem tomado suas ações políticas bem mais conhecidas do grande público. Aliás, devo reconhecer que a gestão do Ministro Sarney Filho tem-se destacado pela ocupação desses espaços e pela difusão dos seus projetos.

A Agenda 21, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, recomenda exatamente que os órgãos nacionais e regionais dedicados à defesa do meio ambiente, bem como os Estados nacionais, devem estimular ao máximo o desenvolvimento da consciência pública para as questões ambientais. Para isso, é preciso levar em definitivo a questão ambiental até as escolas, colégios, universidades e locais de trabalho, e buscar parcerias nessa tarefa de conscientização social junto aos grupos e entidades mais ativas da sociedade.

Para um maior sucesso das campanhas de conscientização, é de vital importância que a mídia esteja igualmente engajada e com os mesmos objetivos.

Sr. Presidente, como podemos constatar, o cumprimento da legislação que disciplinará a utilização e reciclagem de materiais tóxicos, a qual deverá ser aprovada nos próximos dias pelo Conama, vai depender muito do esforço que for promovido pelo próprio Governo. Dessa maneira, é essencial que o Ministério do Meio Ambiente defina urgentemente suas prioridades em relação à questão, assim como os meios que serão utilizados para que sejam realmente obedecidas as suas determinações.

Acredito que o Ministério do Meio Ambiente, com sua comprovada capacidade técnica e sob a direção do Ministro Sarney Filho, está em posição ímpar para alcançar esses objetivos que visam a diminuir a ação nefasta dos comportamentos poluidores.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inquestionável que todas as ações agressoras contra o meio ambiente sejam formalmente controladas e fiscalizadas para evitar danos mais graves à saúde pública e aos ecossistemas. A pressa na aprovação de uma legislação para controlar materiais tóxicos, defendida pelo Ministro Sarney Filho, faz parte, portanto, dos mecanismos que têm como objetivo maior proteger o meio ambiente e a vida. É motivo mais do que suficiente para justificar este pronunciamento e para enaltecer a gestão do Ministro Sarney Filho em defesa do aprimoramento da política ambiental brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e Srs. Senadores, que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 17 de maio, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 1995

Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995, do Senador Gilberto Miranda e outros, que altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho (Juízes Classistas), tendo

Parecer sob nº 190, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Está encerrada a sessão.


(Levanta-se a sessão às 12 horas e 8 minutos.)

(OS 13289/99)

(*) EMENDAS

Oferecidas ao Projeto de Lei nº 2, de 1999-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2000 e dá outras providências.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição

14/05/99

Bolsista Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico de ASAPES

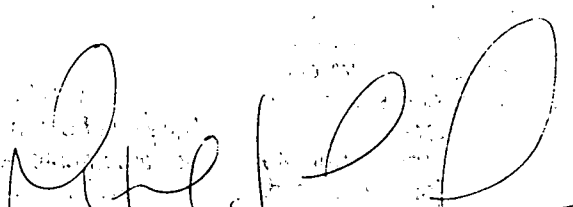
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.499, DE 1999


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006694/99-3,

RESOLVE dispensar o servidor RAIMUNDO JOSÉ SOARES, matrícula 2437, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Jader Barbalho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1999.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

L 14/05/99

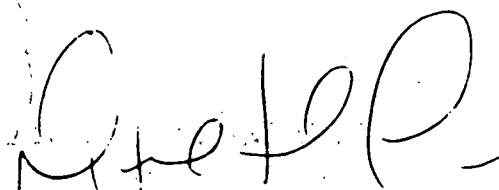

Bolsista Administrativo do Passos
Serviço de Apoio Técnico do SCAPE

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.500, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 007973/99-3,

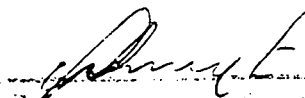
RESOLVE dispensar o servidor JONAS BARBOSA DA SILVA, matrícula 5126, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Romeu Tuma, com efeitos financeiros a partir de 06 de maio de 1999, e lotá-lo no Serviço de Transporte a partir da mesma data.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

L 14/05/99



Diretor-Geral do Senado Federal
Serviço de Pessoal e Administração

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.501, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007882/99-8,

RESOLVE dispensar a servidora CLEUZA MENDES CARLESSO, matrícula 2621, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 06 de maio de 1999.


Senado Federal, 14 de maio de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

em 14/05/99


Diretor-Geral do Senado Federal
Diretor-Geral do Senado Federal

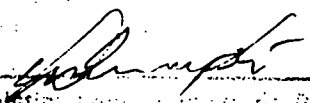
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.502, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005910/99-4,

RESOLVE dispensar o servidor MANOEL LOPES, CANÇADO SOBRINHO, matrícula 4934, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador José Alencar, com efeitos financeiros a partir de 31 de março de 1999.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

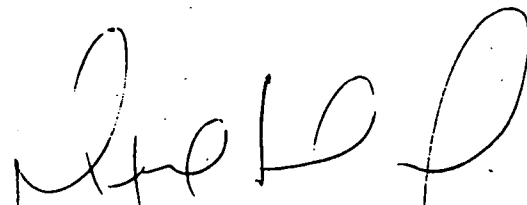
em 14/05/99

Secretaria Administrativa do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico do SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.503, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006573/99-1,


RESOLVE dispensar a servidora IRINEIA PORTUGUÊS DA CUNHA, matrícula 4655, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Liderança do PMDB, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1999.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Lu 14/05/99



Diretor-Geral do Pessoal
Assessoria de Apoio Técnico da SSAPPC

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.504, DE 1999


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008053/99-5,

RESOLVE dispensar a servidora YAMAR ANJOS DE BRITO, matrícula 2820, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 05 de maio de 1999, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Lu 14/05/99

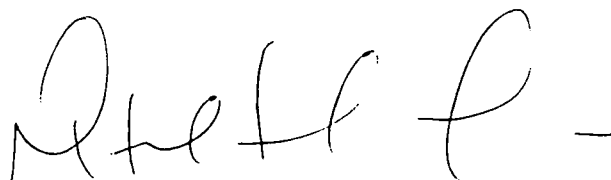

Ministro do Trabalho e Previdência Social
Secretaria de Apoio Técnico do SAPIES


**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.505, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008052/99-9,

RESOLVE designar a servidora TANIA REGINA GIRARDI ALVES, matrícula 4363, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 05 de maio de 1999.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

em 14/05/99

Diretor-Geral
Unidade de Apoio ao Senado
Unidade de Apoio ao Senado

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.506, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007781/99-7,

RESOLVE dispensar a servidora ALEXANDRA SILVANA SOARES VELOSO, matrícula 4734, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de maio de 1999.

Senado Federal, 14 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

14/05/99
[Assinatura]

Departamento Administrativo do Pessoal
Escritório de Apoio Técnico do SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.507, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 08350/99-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRICIA HELENA ALMEIDA DE ARAUJO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador Luiz Estevão.

Senado Federal, em

14 de maio de 1999.

[Assinatura]
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal: 3498)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: FERNANDO BEZERRA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMÉU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças: a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em 12/3/1999.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBAO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIANO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 28/04/1999

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
BLOCO OPOSIÇÃO (PFL, PDT, PSB, PPS)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2351/2317
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

Atualizada em: 12/04/1999

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUIZA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em: 28/04/1999

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2481/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2211/2217
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	1. LUCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :10/04/1999

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO - PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :12/04/1999

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em: 12/04/1999

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA-BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADO									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NÁRCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7188 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: Antonio Ferreira Costa Filho

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. Maria Cláudia Drummond, Dr. Jorge Fontoura e Dr. Francisco Eugênio Arcanjo



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/04/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade III, Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– A Constituinte perante a História (R\$ 8,00). História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– Teotônio Vilela (R\$ 10,00). Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– Volume 9 (R\$ 3,00). "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– Volume 10 (R\$ 3,00). "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos indetificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS